

HENRIQUE SOUSA MEDEIROS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA.**

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carreiro da Costa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Educação Física e Desporto**

LISBOA

2020

HENRIQUE SOUSA MEDEIROS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
UMA RELAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA.**

**Relatório apresentado para obtenção do Grau de
Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensinos
Básico e Secundário conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias.**

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carreiro da Costa

**Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 22/1/2021, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º:
11/2021, com a seguinte composição:**

- Presidente: Professor Doutor Mário Luís Castro Guimarães**
- Orientador: Professor Doutor Francisco Alberto Arruda Carreiro da Costa**
- Arguente: Professor Doutor João Jorge Comédias Henriques**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Educação Física e Desporto**

Lisboa

2020

Resumo

Devido à necessidade das sociedades contemporâneas em desenvolver valores socio ambientais, face à atual crise socio ambiental, a Educação Ambiental (EA) surge como auxílio para a aquisição de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. A Educação Física (EF) pode ampliar, nos alunos, o interesse por estes valores, através da experiência adquirida e apropriada pelo corpo, nas suas aulas, pois promove a aquisição de hábitos e de comportamentos e, portanto, oferece aos alunos a compreensão do próprio corpo enquanto primeiro ambiente. Dada a importância da EA no currículo escolar, como uma dimensão a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento, no sentido de promover reflexões e ações quanto à realidade socio ambiental, considera-se significativo refletir sobre a relação da EF com a EA. Por outro lado, é também importante analisar os meios e contextos, neste caso, o Plano Regional da Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores e os Programas Nacionais de Educação Física, que permitem e «certificam» uma intervenção pedagógica com a EA, dos professores de EF, e a partir disso, elaborar propostas que possam contribuir para a sua efetividade, e em simultâneo, reforçar a sua importância na escola, enquanto área disciplinar. O sucesso das respostas aos novos desafios, exigências e expectativas que, atualmente, recaem sobre a escola, parece depender da conceção das estratégias organizacionais que a escola define, tendo em conta as características do contexto e das populações que serve. Depende por isso do modo como os atores chave se organizam e trabalham. Tomando como ponto de partida experiências profissionais e pessoais, este relatório constitui uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de EF através da sua relação com a EA, contextualizando a realidade do seu meio ambiente, sociedade e cultura, elaborando uma síntese das suas necessidades, e uma discussão que visa «explorar» as possibilidades e vantagens desta relação. Nesse sentido, este relatório visa compreender como os professores de EF em suas ações pedagógico-didáticas podem estabelecer relações com o tema meio ambiente, no contexto da Região Autónoma dos Açores.

Palavras chave: Educação Ambiental; Educação Física.

Abstract

Due to the need of contemporary societies to develop socio-environmental values, in the face of the current socio-environmental crisis, Environmental Education emerges as an aid for the acquisition of social values, knowledge, skills, attitudes and know-hows heading for the conservation of the environment. Physical Education can increase, in students, the interest in these values, through the experience acquired by the body, in their classes, as it promotes the acquisition of habits and behaviors. Therefore, it offers students the understanding of their own body as first environment. Given the importance of Environmental Education in the school curriculum, as a dimension to be developed in all areas of knowledge, in order to promote reflections and actions regarding the socio-environmental reality, it is considered significant to reflect on the relationship between Physical Education and Environmental Education. On the other hand, it is also important to analyze the means and contexts, in this case, the Regional Plan for the Awareness of the Environmental Education in the Azores and the National Physical Education Programs, which allow and “certify” a pedagogical intervention with the Environmental Education, of Physical Education teachers, and from that, develop proposals that can contribute to its effectiveness, and at the same time reinforce its importance in schools, as a disciplinary area. The success of the responses to new challenges, demands and expectations that currently fall on the school, seems to depend on the organizational strategies that the school defines, taking into account the characteristics of the context and the populations it serves. So it depends on the way that key actors organize and work. Taking professional and personal experiences as a starting point, this report is a reflection on the possibilities of developing Physical Education through its relationship with Environmental Education, contextualizing the reality of its environment, society and culture, elaborating a synthesis of its needs, and a discussion that aims to “explore” the possibilities and advantages of this relationship. In this sense, this report aims to understand how Physical Education teachers in their pedagogical-didactic actions can establish relationships with the environment theme, in the context of the Autonomous Region of the Azores.

Keywords: Environmental Education; Physical Education.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AF – Atividade Física

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CNAPEF – Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto

DRA – Direção regional do Ambiente

DS – Desenvolvimento Sustentável

EA – Educação Ambiental

EB – Ensino Básico

EF – Educação Física

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENEA – Estratégia Nacional para a Educação Ambiental

ENEC – Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania

ES – Ensino Secundário

GRA – Governo Regional dos Açores

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNEF – Programa Nacional de Educação Física

PRESAA – Plano Regional da Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores

RAA – Região Autónoma dos Açores

RREA – Rede Regional de Ecotecas dos Açores

SPEF – Sociedade Portuguesa de Educação Física

SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

Índice Geral

Introdução	9
Capítulo 1 – O Problema e a Necessidade	11
1.1. Educação Ambiental	12
1.1.1. A importância da Educação Ambiental: um caminho para o desenvolvimento sustentável	15
1.1.2. Educação Ambiental nas escolas	18
1.2. Educação Física (atualmente?)	22
1.2.1. A importância da Educação Física	27
1.2.2. Benefícios da Educação Física: motivo de desenvolvimento (?)	29
Capítulo 2 – O Contexto e a Oportunidade nos Açores	37
2.1. PRESAA: Plano Regional da Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores	38
2.1.1. Enquadramento Regional	39
2.1.2. Visão de Desenvolvimento Sustentável	40
2.1.3. Objetivos Estratégicos: Educação Formal	41
2.2. PNEF: Programas Nacionais de Educação Física	46
2.2.1. Finalidades PNEF – Ensino Básico e Ensino Secundário	48
2.2.2. Objetivos Gerais PNEF – Ensino Básico e Ensino Secundário	52
2.2.3. (Opções de) Organização Curricular e Orientação Metodológica	56
Capítulo 3 – A (oportuna) Solução (?)	58
3.1. Educação: Física e Ambiental	60
3.1.1. O Corpo, a Atividade Física e o Ambiente	62
3.2. Educação Ambiental aplicada à Educação Física Escolar	67
3.3. Trabalhar a Educação Ambiental nas aulas de Educação Física: Projeto Pedagógico (?)	73
Conclusão	81
Bibliografia	83

Índice de Quadros

Quadro 1 - Objetivos e Medidas da ENEA 2020 (adaptado de APA, 2017).	18
Quadro 2 - Temas e subtemas definidos no Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.	20
Quadro 3 - Proposta de sistematização da Educação Física (Brás e Bom, 2002).....	26
Quadro 4 - Recomendações Comissão Europeia - Desporto 2014/2017. Adaptado por CNAPEF a partir do documento: "Recommendations to encourage physical education in schools, including motor skills in early childhood, and to create valuable interactions with the sports (CE, 2015).....	36
Quadro 5 – Objetivos Estratégicos do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).	43
Quadro 6 – Obj. Específicos do OE 3: Educação Formal do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).....	43
Quadro 7 – Metas OE 3: Educação Formal do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).....	44
Quadro 8 – Finalidades de Aptidão Física (adaptado de PNEF, 2001).	48
Quadro 9 – Finalidades de Atividades Físicas (adaptado de PNEF, 2001).	49
Quadro 10 – Finalidades de Conhecimentos (adaptado de PNEF, 2001).	50
Quadro 11 – Extensão da EF (adaptado de PNEF, 2001).	51
Quadro 12 - Síntese das categorias de experiências corporais na educação física: formação socio ambiental cidadã na educação infantil (Abreu e Carneiro, 2018).	64

Índice de Figuras

Figura 1 – Componentes da Educação Ambiental (adaptado Bouzeiddine, 2012).....	14
Figura 2 - 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2019).	16
Figura 3 – O paradigma da EA: organização esquemática. Adaptado de Gonzáles Muñoz (1999) in: A Educação Ambiental no contexto da Educação Física Escolar – Vargas e Tavares, 2004.....	70
Figura 4 - A Educação Física Escolar num modelo de Educação Ambiental (adaptado de Vargas e Tavares, 2004).....	72

Introdução

Este relatório foi concebido no âmbito da creditação de competências académicas e profissionais para conclusão do Curso de Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Tem como intuito, discutir e refletir sobre a possibilidade de abordar a Educação Ambiental (EA) nas aulas de Educação Física (EF) com base em orientações, internacionais, nacionais e regionais, de ambas as áreas, e suportado por trabalhos científicos no âmbito ambiental e escolar. Enquadra-se em estratégias, planos e programas relacionados com a EA, o desenvolvimento sustentável (DS) e a EF tais como: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para Educação Ambiental (ENEA2020) a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), o Plano Regional da Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores (PRESAA), o Programa Nacional de EF (PNEF), entre outros.

A compreensão do processo curricular de uma determinada disciplina na escola é uma tarefa desafiadora, tendo em vista a complexidade das práticas pedagógicas, que abrangem, entre outros aspetos, a seleção dos conteúdos a serem implementados. O currículo escolar é uma construção social, que tem o papel de formar cidadãos comprometidos com a melhoria e a transformação da realidade. Nesse sentido, Abreu e Carneiro (2009), defendem que a questão socio ambiental, dada as consequências de degradação das ações humanas sobre o meio, e por inerência, a EA surge como uma necessidade das sociedades contemporâneas e está contemplada nos currículos escolares, com vista a desenvolver uma capacitação prática dos alunos em conveniência do meio. Para que haja um desenvolvimento em torno de valores socio ambientais, é necessário que a EA seja abordada de forma contínua e em todas as áreas do conhecimento - transversalmente.

A EF escolar parece ter um potencial particularmente interessante de educação cívica e ambiental pois centra-se em atividades práticas, com possibilidade de interagir com a Natureza, através das atividades alternativas [e não só]. Foi neste sentido que surgiu o interesse de abordar esta temática e de reforçar o papel que a EF tem na formação ambiental e cívica dos alunos. Como professor de Educação Física, atuando em escolas públicas e particulares desde 2003, pude observar que o conteúdo tradicionalmente selecionado para as aulas, bem como o encaminhamento metodológico proposto por muitos professores, coincide ainda com uma proposta em que o conhecimento é

ministrado de forma acrítica, descontextualizado da situação socio ambiental presente. Entretanto, também me foi possível constatar algumas práticas pedagógicas inovadoras que diferem da reprodução de movimentos tradicionais e proporcionam maior autonomia aos alunos na exploração de suas possibilidades corporais, no convívio com os colegas e na compreensão do meio ambiente em que vivem.

Segundo Neuenfeldt (2016) não se pretende uma Educação Física que se justifique apenas pela sua componente prática, mas que promova conhecimentos e ajude os alunos a analisarem, de forma crítica, o contexto em que vivem. Neste sentido, a escola, tal como outras instituições sociais, precisa rever sua própria trajetória e sua configuração atual, para melhor enfrentar esta temática. Como instituição social, deve constituir-se como um meio de [necessária] transformação da sociedade. Na escola, a EF que, pela sua condição de componente curricular obrigatória presente em todo o Ensino Básico (EB) e Ensino Secundário (ES), pode e deve participar neste processo.

Conforme demonstra Inácio (2006), a relação entre a EF e a EA, sob diversas perspectivas, tem sido debatida por vários autores da área, com a finalidade de contribuir para uma intervenção pedagógica adequada na temática ambiental. Para isso os professores deverão analisar criticamente o contexto social onde trabalham e proporcionar, aos seus alunos, aulas de EF que os sensibilize para uma participação mais consciente questionando comportamentos, atitudes e valores. Para que isso aconteça, a escola deverá desenvolver projetos pedagógicos, que segundo Vasconcellos (2000) referenciado por Alvim (2009), devem promover uma intervenção e mudança da realidade, organizando e integrando a atividade prática no processo de transformação. Nesta perspectiva, pode e deve-se incluir, no processo de ensino aprendizagem de EF, atividades que enfatizem a preservação do meio ambiente, sejam como reflexão de textos ou por meio de atividades lúdicas e recreativas que proporcionem às crianças e adolescentes, diversas situações de aprendizagem e experiências motoras em contato com o meio natural. Ao recorrer a este tipo de atividade, como por exemplo, atividades de exploração da natureza, nas aulas de EF, estaremos inovando, realçando a temática EA. A ligação dessas experiências aos objetivos educativos pode favorecer um novo caminho e um novo posicionamento das aulas de EF, face ao que se pretende - transformação de atitudes e valores referentes ao meio ambiente.

Capítulo 1 – O Problema e a Necessidade

A questão ambiental ocupa, cada vez mais, a agenda política, especialmente pelas decorrências dramáticas dos eventos naturais que são a parte mais visível desta problemática. Ao perspetivarmos o futuro, quer do ponto de vista político quer do ponto de vista académico, as circunstâncias mostram-se, cada vez mais, preocupantes e precisam ser enfrentadas coletivamente.

A relação do homem com a natureza é intrínseca e é a partir daí que a sociedade se estabelece. Com a evolução, e para sua «sobrevivência», o homem transforma e modifica-a, mesmo sabendo que a natureza não é infinita e que, à medida que o faz criando novas tecnologias e novas formas de trabalho, gera impactos ambientais que acabam por afetar, de uma forma global, toda a sociedade. É nesse sentido que se torna necessário uma consciencialização de que esta forma de atuação gera consequências para o meio ambiente e principalmente para o ser humano.

Segundo Domingues (2005), a questão ambiental deve ser entendida como algo concreto relacionado à preservação da vida e que para isso engloba várias variáveis como cultura, trabalho, história e relações sociais, de forma que influenciam e podem ser influenciadas de acordo com o modo de produção da sociedade e interagem diretamente com o meio ambiente. Portanto, para mudar o quadro atual em que vivemos e os impactos causados por esses processos de transformação, é necessário um pensamento crítico e uma educação voltada para a cidadania, preocupada com as mudanças e diferenças sócio ambientais.

Nesse sentido, Lima (2005) citado por Villela e Moraes (s/d), percebe “a *educação como um instrumento capaz de responder positivamente a essa problemática ao lado de outros meios políticos, econômicos, legais, éticos, científicos e técnicos*”. Reforçando esta ideia, Darido (2006) acredita que a educação, como processo de formação humana, deve ser um agente transformador e contribuir para a formação do cidadão crítico, autónomo, sensível e participativo.

A Educação Ambiental (EA) é um campo de estudos e pesquisas que ganha notoriedade e força quando tomamos consciência do cenário [real] do planeta [destruição, exploração, desmatamento, etc], e nesse sentido teremos de dotar a sociedade de novos valores, habilidades e experiências ambientalmente corretas (Domingues, 2005).

No sentido de uma maior abrangência, importa abordar esta temática num sentido formal – escola, como também não formal, pois ambos terão um papel importante na divulgação pública do meio ambiente através da interação dos alunos com a comunidade educativa e local, reforçando os seus conhecimentos e habilidades.

O reconhecimento da Educação Física (EF) escolar como disciplina coloca-a frente a novos desafios entre os quais o de integrar-se às demais áreas de conhecimento na escola. Por ser uma disciplina obrigatória desde o 1º Ciclo do Ensino Básico (EB) poderá servir de plataforma adequada durante todo o percurso escolar obrigatório. Assim, durante sensivelmente 12 anos, devido à sua importância, a EF poderá promover a alteração de padrões de vida para a idade adulta, pela contribuição de um processo de formação de um estilo de vida saudável.

1.1. Educação Ambiental

Ao analisarmos a expressão Educação Ambiental (EA) verificamos que é constituída por duas palavras, ambas com significados bem conhecidos: Educação e Ambiente.

De acordo com Loureiro (2004), referenciado por Santos (2013), **Educação** é o processo de transformar pela teoria em confronto com a prática, e vice-versa. É, portanto, promover uma autonomia para uma vida plena, modificando-nos (individualmente) pela ação conjunta que nos orienta às transformações estruturais, ou seja, não se esgota em processos individuais, mas liga-as às práticas coletivas, quotidianas e comunitárias que nos dão o sentido de pertença à sociedade.

Ribeiro (2013), apoiando-se em Abbagnano (2003), afirma que a expressão **Ambiente** refere-se a um conjunto de relações, entre o mundo natural e o ser vivo, que influenciam na vida e no comportamento desse mesmo ser. Define o conceito, também, agora de acordo com Dulley (2004), como o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e os organismos.

Desde épocas remotas, o homem através da criação de habilidades tecnológicas, tenta «dominar» a natureza. Nesse sentido, e para Cavalcante et al. (2012) referenciados por Junior, Santos e Jesus (2016) os problemas ambientais são gerados a partir desta visão

antropocêntrica do homem, que possui uma percepção de que o ser humano é superior aos demais elementos da natureza.

Para Jacobi (2003), nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante devido à imensa «partilha» de informação no ciberespaço, multimédia, internet, a EA representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. No entanto, por si só não é suficiente. Deverá ser entendida, pelos seus intervenientes, como uma «ferramenta» para moldar comportamentos e interesses de grupos sociais para a construção destas mesmas transformações. A conquista da EA deve ser orientada pelas necessidades dos indivíduos, satisfação de interesses, resolução de problemas ambientais apoiados pela vontade, devoção e responsabilidade. Se o objetivo final da EA é sustentar a Terra e seus recursos para a sobrevivência das gerações futuras, então é essencial motivar adultos ambientalmente ativos. A EA envolve, então, várias áreas de atuação e de conhecimento, abrangendo dimensões políticas, sociais, económicas, entre outras. É uma das mais importantes exigências educacionais contemporâneas e deve ser considerada como uma grande contribuição filosófica e metodológica à educação de uma forma geral.

“(...) deve ser vista como um instrumento fundamental para um processo de alteração de valores, mentalidade e atitudes de modo a criar uma consciencialização profunda e duradoura, na sociedade, dos problemas associados com as questões ambientais”

- Pereira, 2009, cit in Santos, 2013 - *Educação Ambiental, Sustentabilidade e Cidadania: um contributo para a Educação e para a Saúde na escola.*

Devido à importância desta temática, torna-se, igualmente relevante abordar a componente não formal da EA, a qual se refere a qualquer atividade sistemática feita fora do sistema de educação. Esta desempenha um papel importante na divulgação pública do meio ambiente que, através da interação dos alunos com a comunidade, reforça os seus conhecimentos e habilidades.

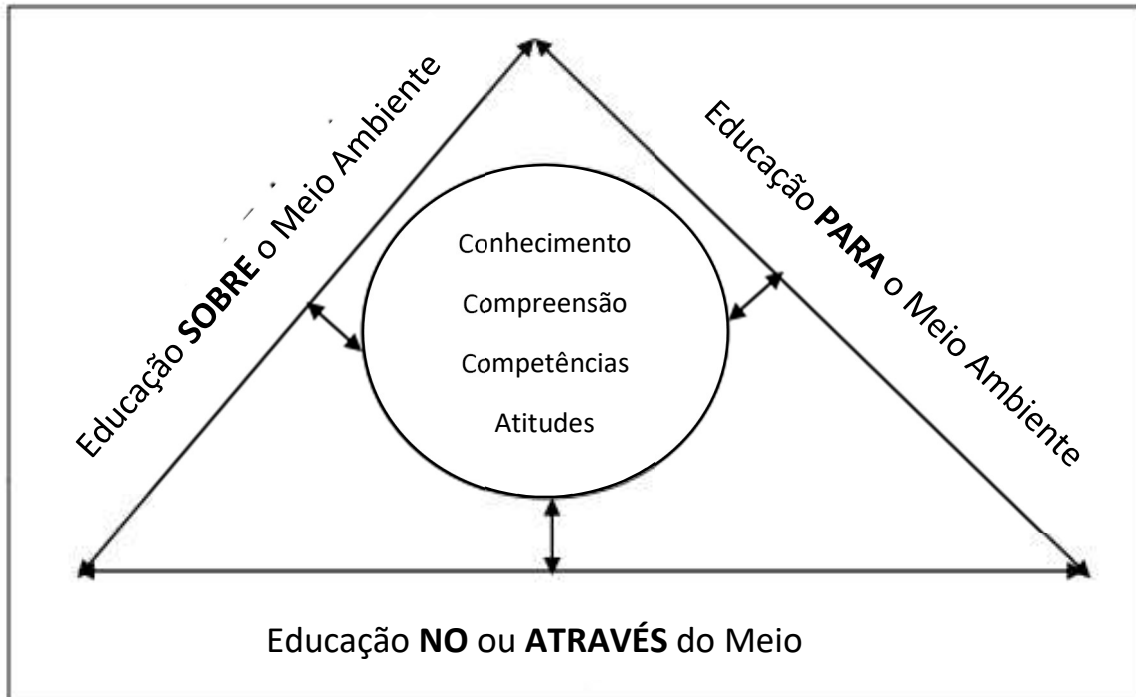


Figura 1 – Componentes da Educação Ambiental (adaptado Bouzeiddine, 2012).

Como defende Mettin (2010), referenciado por Bouzeineddine (2012), seja formal ou não formal, a EA exige professores qualificados em termos de conhecimento, habilidades e atitudes ambientais. Isto é imprescindível e essencial para preservar o meio ambiente, e para ter uma efetiva integração na escola [ou fora dela], devem ser implementadas abordagens ambientais, formais e não formais. Neste sentido, a EA interliga-se à educação para a cidadania por promover a participação comunitária e, de acordo com Edwards (1994), citado por Costa (2019), se for pensada, de acordo com três componentes interligadas: educação **sobre** o meio ambiente (conhecimento); educação **para** o meio ambiente (valores, atitudes e ação positiva); e educação **no** ou **através** do ambiente (recurso). Reforçando esta ideia, Bouzeineddine (2012), também defende que, para a implementação da EA é necessário que se interligue as suas 3 componentes.

Recorrer, para além da escola, a espaços não formais para refletir sobre a questão ambiental abre uma grande oportunidade para formação de novos atores sociais que se podem mobilizar para a ação sobre a natureza, ampliando o processo educativo e o compromisso com a sustentabilidade.

1.1.1. A importância da Educação Ambiental: um caminho para o desenvolvimento sustentável

A importância da EA, após definição concetual, vem da própria semântica da junção das palavras, remetendo-nos para um progresso evolutivo que tem como objetivo o desenvolvimento - saudável e harmonioso de qualquer pessoa nos âmbitos intelectual, psicológico, emocional e físico, de um determinado ambiente, e com a finalidade de inserir-se, de forma positiva, na sociedade. A proposta de uma educação ambiental crítica para sociedades sustentáveis, remete para uma reflexão sobre o **conceito de sustentabilidade**. Esse conceito foi disseminado, especialmente, na expressão desenvolvimento sustentável, o qual sugere a satisfação das necessidades da geração atual, tendo em consideração as necessidades das gerações futuras.

“(...) a educação ambiental assume, cada vez mais, uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental (...)”

- Jacobi 2003, in: Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade

- Orientações Internacionais

Devido à [consciente] importância desta temática, em 2015 na Organização das Nações Unidas (ONU), 193 países membros aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD PORTUGAL¹, 2019), dando assim, um «grande passo» na direção de um futuro sustentável. Esta Agenda é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como se apresenta na figura 2, em áreas que afetam tanto a qualidade de vida dos cidadãos do mundo como das gerações futuras.

De acordo com a BCSD PORTUGAL (2019) os 17 ODS “*definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e*

¹ *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal, é uma associação sem fins lucrativos que agrega e representa mais de 90 empresas de referência em Portugal, que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade.

oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta.”. Cada ODS é constituído por metas, havendo um total de 169 metas a serem alcançadas até 2030.



Figura 2 - 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2019).

Podemos identificar grandes áreas gerais: **Pessoas** - referentes à erradicação da pobreza e fome, da promoção da dignidade e da igualdade; **Planeta** – incidindo sobre o consumo e produção sustentáveis, o combate à mudança climática e à gestão dos recursos naturais; **Prosperidade** – no que diz respeito à realização pessoal, ao progresso económico e social; **Paz** – sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência e **Parcerias** – relativamente à integração transversal, à interconexão e à mobilização conjunta em prol dos mais vulneráveis.

- Orientações Nacionais

A atual Lei de Bases da Política de Ambiente [Lei n.º 19/2014, de 14 de abril] reforça a EA como um dos objetivos da política do Ambiente, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, também através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do Ambiente em toda a sua dimensão humana. Posteriormente, em 2015, foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros [n.º 109/2007, de 20 de agosto], a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), constituindo um instrumento de orientação política de desenvolvimento do país. (APA, 2017).

Em 2017, através da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA2020), definiu-se os princípios orientadores da EA para a sustentabilidade, os quais “*devem visar uma cidadania interveniente, capacitando crianças e jovens, mas também a sociedade civil, os agentes económicos, os decisores e os técnicos da administração central, regional e local.*” (APA, 2017). A intenção é de promover uma resposta efetiva na alteração de comportamentos, mais conscientes e mais sustentáveis, porque só assim será possível repensar e reequilibrar a forma de agir, enquanto cidadãos responsáveis pelo Planeta. Por outro lado, pretende-se estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança.

No total a ENEA 2020 prevê 16 medidas enquadradas em três objetivos estratégicos: Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada. A Tabela 1 apresenta as medidas específicas para cada objetivo estratégico da ENEA 2020, através das quais se pretende que a EA constitua um processo de aprendizagem ao longo da vida, promovendo uma cidadania informada e ativa, que garanta o envolvimento e o compromisso de cada um de nós e das organizações que integramos com um futuro sustentável.

Objetivo Estratégico	Medidas
Educação Ambiental + Transversal	1. Acompanhamento e Avaliação da Educação Ambiental
	2. Cooperação Interministerial
	3. Incentivos à difusão de Equipamentos de Educação Ambiental e das Empresas
Educação Ambiental + Aberta	4. Envolvimento dos cidadãos no seu km2 de ação
	5. Valorização do voluntariado ambiental
	6. Integração das matérias Ambientais nos curricula académicos
	7. Valorização curricular da participação em ações de EA
	8. Formação da administração pública direta, indireta e autónoma
	9. Formação do Setor Empresarial
	10. Promoção de campanhas de comunicação dirigidas aos cidadãos
	11. Dinamização de programas e atividades de EA
	12. Elaboração de Programas Municipais de Educação Ambiental

Educação Ambiental + Participada	13.Promoção do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
	14.Promoção do estatuto de Organização Não-Governamental de Ambiente
	15.Promoção da participação pública
	16.Promoção de iniciativas de reflexão e debate

Quadro 1 - Objetivos e Medidas da ENEA 2020 (adaptado de APA, 2017).

Também em 2017, foi publicada a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) que integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação dos cidadãos [crianças e dos jovens] portugueses, recomendando o seu reforço desde a Educação Pré-Escolar até ao final da escolaridade obrigatória. Com a finalidade de dar um novo impulso à Educação para a Cidadania, em respeito pela autonomia das escolas, a ENEC apresenta propostas:

- Domínios de Educação para a Cidadania e formas de os abranger no currículo da escolaridade obrigatória por cada nível e ciclo de ensino;
- Formas de operacionalização no contexto escolar;
- Certificação do/a aluno/a no final da escolaridade obrigatória na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- Envolvimento e formação de docentes;
- Conteúdos a incluir na Plataforma de Educação para a Cidadania.

Considerando que, quer em termos sociais, quer em termos ambientais, o futuro do Planeta depende da formação de cidadãos com competências e valores para procurar soluções que contribuam para o DS, esta estratégia organizou a Educação para a Cidadania, através de áreas transversais e longitudinais, e de variados domínios. Posto isto, a ENEC espera que seja criado um clima aberto e livre para discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos os membros da comunidade escolar.

1.1.2. Educação Ambiental nas escolas

Certo da importância da EA, importa agora esclarecer a sua organização em espaço formal – a escola. O que se pretende é que a escola se constitua num espaço «ideal» para a promoção de contributos metodológicos para uma educação ambiental

participada e esclarecida, onde educar seja, efetivamente, criar cidadãos conscientes e ativos pelo ambiente.

Na opinião de Schmidt et al. (2010), referenciado por Costa (2019), a EA a nível formal não é implementada de forma correta no nosso país, sendo caracterizada por um «projeto educativo» de orientação mais vertical do que transversal, como deveria ser. Para além disso, a mesma autora identifica algumas lacunas na EA, nomeadamente não envolver, de modo efetivo, a comunidade escolar nem a comunidade em que a escola integra, sendo a maioria dos projetos do âmbito meramente local.

De forma a combater algumas lacunas existentes na EA no ensino formal, em 2018, a Direção-Geral de Educação coordenou a publicação do Referencial de Educação para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o EB e o ES. A elaboração deste Referencial vai ao encontro da ENEC e considera que a educação ambiental é, efetivamente, parte integrante da educação para a cidadania, devendo a Escola preocupar-se com a formação dos seus alunos e preparando-os para o exercício de uma cidadania ativa, responsável e esclarecida face às problemáticas da sociedade civil. Recomenda-se que este referencial deve ser visto como um documento orientador de apoio à formação dos alunos e à ação dos docentes em matéria de ambiente e sustentabilidade (Monteiro et al., 2017). Este documento encontra-se organizado por níveis de educação e por ciclos de ensino e visa incentivar a introdução de temáticas transversais, contribuindo para a mudança de comportamentos e de atitudes face ao ambiente, não só por parte dos jovens e crianças a que se destina, como também por parte das suas famílias e das comunidades que se inserem. O Referencial identifica, para cada grau de ensino, alguns temas globais e respetivos subtemas [quadro 2].

Temas	Subtemas
I - Sustentabilidade, Ética e Cidadania	A - Pilares da Sustentabilidade
	B - Ética e Cidadania
	C - Responsabilidade Intergeracional
	D - Redução da Pobreza
II - Produção e Consumo Sustentáveis	A – Resíduos
	B - Economia Verde
	C - Rotulagem (bens e serviços)

	D - Modos de produção sustentáveis
	E - Qualidade de vida
III - Território e Paisagem	A – Litoral
	B – Paisagem
	C - Dinâmicas territoriais
	D - Objetivos de Qualidade de Paisagem
IV - Alterações Climáticas	A - Causas das alterações climáticas
	B - Impactes das alterações climáticas
	C - Adaptação às alterações climáticas
	D - Mitigação às alterações climáticas
V - Biodiversidade	A - A importância da Biodiversidade
	B - Biodiversidade enquanto recurso
	C - Principais ameaças à Biodiversidade
	D - Estratégia para a conservação da Biodiversidade
VI - Energia	A - Recursos energéticos
	B - Problemas energéticos do mundo atual
	C - Sustentabilidade energética
	D - Mobilidade sustentável
VII - Água	A - Importância da água para a vida na Terra
	B - Problemáticas ambientais associadas à água doce
	C - Literacia dos oceanos
	D - Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos
VIII - Solos	A - Solo enquanto recurso
	B - Uso e Abuso
	C - Mitigação e adaptação

Quadro 2 - Temas e subtemas definidos no Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Como afirma Medina (2002) referenciado por Junior, Santos e Jesus (2016), a análise da instituição escolar, o conhecimento das relações intra escolares e dos diversos agentes sociais envolvidos no processo de inovação curricular são os primeiros passos

necessários para viabilizar o desenvolvimento da inserção da dimensão ambiental no currículo escolar. O objetivo pedagógico com a questão ambiental deve ser bem definido, evitando a formação de um evento isolado ao longo do ano letivo, alternados simplesmente por atividades de reciclagem de lixo, de papel, etc. Neste sentido, o papel da escola é promover o debate acerca dos problemas que afetam a vida do aluno e de sua comunidade, em âmbito local e global. Os alunos precisam ser incentivados a fazer, produzir, e refletir sobre o que fizeram, passando a construir seus saberes de forma participativa e crítica. Aqui, a função do professor/educador é de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social.

“(...) a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.”

- Reigota (1998), cit in: *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*, Jacobi (2003).

Para Silva (2003), os conteúdos escolares encontram-se organizados por áreas do conhecimento bem sedimentadas, possuindo contornos definidos da abrangência de cada uma delas. O ensino está, portanto, baseado numa forma fragmentada e estanque. Para além disso, Simões (1992) citado por Santos (2010) refere que *“o currículo escolar é definitivamente influenciado pelas teorias tradicionais que defendem uma abordagem disciplinar e o desenvolvimento das capacidades cognitivas”*. No entanto, a intenção é modificar esta forma de ver a educação e, sem criar novas disciplinas, torná-la mais contextualizada e mais próxima da realidade do aluno através da inclusão dos temas transversais de relevância social nos currículos escolares, proporcionando o “diálogo” entre as disciplinas.

Segundo Jacobi (2003) a realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto está patente na interdisciplinaridade das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns diante da reapropriação da natureza, numa perspetiva que privilegia o diálogo entre saberes. Com esta postura de colaboração e cooperação promove-se ligações de complementaridade e de convergência, onde cada disciplina poderá mostrar aos alunos a sua forma peculiar de ver, compreender e solucionar problemas sociais. Assim, os professores conseguirão colocar ao alcance dos alunos os meios e recursos que os ajudem a interrogar-se, a procurar respostas, adquirir destrezas e habilidades, e

a tomar consciência dos problemas, por forma a encontrar respostas para os problemas que o meio coloca (Cruz, 2007).

O ponto de partida deve ser o ambiente em que o aluno está inserido, o meio envolvente da sua escola, o seu bairro, freguesia e concelho. A análise do contexto em que os alunos vivem proporciona uma discussão mais ampla de todos os aspetos pois permite uma «leitura da realidade» e possibilita uma intervenção mais adequada e/ou enquadrada. Assim, envolver os alunos em atividades interessantes como por exemplo: trabalhos de campo (excursões a áreas de preservação ou a lugares onde existam projetos de preservação ambiental), que permitam a visita a Estações de Tratamento de Água e/ou de energia (com data previamente marcada, a visita é feita com acompanhamento de funcionários especializados); trilhos homologados, consciencializam os alunos da importância da preservação ambiental, ao mesmo tempo que se garante o desenvolvimento do conhecimento de questões ambientais através da participação ativa, pesquisa, envolvimento e integração.

Como diz Cuba (2010) citado por Junior, Santos e Jesus (2016), *“A escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente”*

1.2. Educação Física (atualmente?)

A Educação Física (EF), de acordo com alguns dos responsáveis pela elaboração dos programas nacionais de EF parece ser [ainda] definida como uma área científica interdisciplinar que engloba *“os conhecimentos e processos de investigação das atividades físicas em qualquer contexto que se realizem e por quaisquer que sejam os sujeitos”* (Brás e Bom, 2002). É efetivamente uma:

“Actividade curricular (a) ecléctica (os diferentes tipos de actividade física – desportos colectivos, ginástica, atletismo, danças, exploração da natureza, natação, etc.); (b) inclusiva (adaptada às necessidades de cada aluno), (c) visando o desenvolvimento multilateral do aluno (promover a saúde, no presente e no futuro, desenvolver a aptidão física e a cultura motora, as

competências sociais e a compreensão dos processos de exercitação, reflectir criticamente o fenómeno desportivo, etc.).”

– Carta Aberta do CNAPEF, 2002.

A EF apresenta um potencial e riqueza específica que não podem ser promovidas por nenhuma outra área ou disciplina do currículo escolar. Contudo, nestes últimos anos, parece atravessar uma crise, nomeadamente no que respeita à sua identidade, objetivos e programas. Parece haver algumas divergências quanto as suas concepções por parte dos profissionais da área, sendo questionado o valor e o significado atual da EF, as orientações metodológicas, os programas, o currículo, etc. Assim, considera-se pertinente apresentar algumas dessas perspetivas que se organizam em função dos múltiplos pensamentos, como o exemplo da relevância social da EF, pelo papel que assume na atual sociedade, pelo prestígio e o desempenho profissional do professor de EF, pelas necessidades de adaptações programáticas e curriculares da disciplina às transformações da sociedade.

Em Portugal, e por mérito próprio, a EF é uma disciplina com um lugar no currículo da organização dos diferentes cursos e ciclos de ensino aos quais a maioria das nossas crianças e jovens têm acesso. O que hoje consideramos como algo adquirido, nem sempre foi assim. A disciplina manteve-se durante muito tempo sem ter a valorização e a consideração indispensáveis a um reconhecimento generalizado das suas potencialidades educativas. Não se lhe reconhecia alcance cultural nem se dava valor aos conteúdos que ensinava (Jesus, 2013).

Apesar de apresentar um estudo há cerca de 25 anos, Lima (1995), referenciado por Camarinha (2010), apresentou uma ideia que está [ainda] bastante atualizada e que demonstra a necessidade de, ainda hoje, termos de adequar a nossa posição/atitude perante as exigências sociais que se coloca ao sistema de educação. Este autor admitiu que os profissionais da EF aceitarão os desafios do futuro se esta área disciplinar atender a três questões fundamentais:

1. a necessidade da Atividade Física (AF), em geral, ganhar um *“alcance cultural que a individualize e distinga das outras atividades sociais”*;
2. a valorização educativa dos conteúdos disponibilizados aos alunos;

3. o “*saber prático proporcionado ao indivíduo num instrumental que lhe permita adaptar-se às mudanças que se desenham como tendências do desenvolvimento social*”.

Brás e Bom (2002) identificam, dentro da problemática desta área, **três grandes tipos de problemas**: Problemas pedagógicos, relativos à compreensão e justificação da orientação-intervenção do sujeito em desenvolvimento; Problemas do exercício físico, que integram os conhecimentos relativos à adaptação ao esforço despendido nas atividades físicas, na sua relação com a performance, a saúde e o bem-estar; e Problemas relativos às produções socioculturais, que englobam os conhecimentos que permitem definir e sistematizar os conteúdos das atividades físicas entendidas como produções socioculturais. Estes autores defendem que estes problemas não podem ser estudados por uma só ciência, e o seu estudo deve cumprir **dois critérios**: O da “especificidade ou imanência”, em que o objeto deve ser estudado a partir daquilo que o caracteriza; E o da “projeção ou transcendência”, uma vez que o objeto não pode ser estudado apenas numa só perspetiva, linguagem e tipo de conhecimento. Assim, o objeto de estudo proposto para a EF, o desenvolvimento do sujeito no âmbito da prática educativa das atividades físicas, pela sua complexidade, exige um tratamento interdisciplinar, no sentido da “*integração do contributo (método e conhecimentos) de diversas disciplinas numa matriz específica e original*”.

Apesar do cenário nacional ter melhorado, nos últimos 20 anos, no que diz respeito às melhorias de instalações para a realização das aulas de EF, na sua distribuição curricular e na quantidade de professores licenciados e/ou profissionalizados, parece que ainda não conseguimos responder às exigências sociais que o «futuro nos colocou». Isto está patente nas dificuldades [nos avanços e recuos] que a disciplina tem atravessado na última década, nomeadamente na sua implementação [intermitência da valorização da avaliação em EF na média global dos alunos]; matérias mal definidas; a escassez de equipamentos e materiais em algumas escolas, e recursos humanos «cansados» de uma geração digital que não valoriza a disciplina e que não é sensível à sua importância, referindo-se à EF, ainda hoje, como «ginástica».

Também o gosto e a motivação para a prática das aulas de EF parece ter vindo a descer. Enquanto professor, realmente, é cada vez com mais frequência que, os alunos, nos vão informando que estão pouco motivados [há uma crescente desmotivação] para a prática nas nossas aulas, apesar de ser comumente afirmado que a sua participação

é elevada. De facto, vários professores têm questionado a possibilidade de esta participação estar a decrescer. Neste sentido, Loureiro (2013), realizou um estudo no âmbito da motivação para prática desportiva/EF na escola. Concluiu que os alunos sob intervenção estavam pouco motivados para as aulas de EF; que a motivação é essencialmente influenciada pelas modalidades, gosto pelo exercício e interesse pela disciplina/diversão; e que na maioria os rapazes estão mais motivados. Ao longo do estudo, verificou também que: há, nas aulas de EF reforço do gosto pela prática regular de AF e o aprofundamento da compreensão da sua importância como fator de saúde ao longo da vida, onde a maioria assumiu que iria continuar a realizar AF.

Segundo Hardman (2004), citado por Camarinha (2010), *“embora a Educação Física tenha um estatuto legalmente igualitário na maioria dos sistemas educativos europeus, continua a ser considerada uma disciplina menor, à qual são agregadas menos horas curriculares”*. Segundo o mesmo autor verifica-se igualmente em estudos internacionais testemunhos quanto à disciplina de EF que variam desde a *“indiferença à disciplina”* até à *“antipatia demonstrada”* por parte de vários intervenientes do processo educativo, tais como, os diretores de escola, professores de outras áreas disciplinares e encarregados de educação.

O reconhecimento da EF escolar como disciplina coloca-a frente a novos desafios entre os quais o de integrar-se às demais áreas de conhecimento e à escola. A restrição do papel da EF à oferta da prática de alguns desportos coletivos tem colocado em dúvida sua legitimação e reconhecimento como componente curricular. Embora a EF ainda levante algumas questões pertinentes, como referido, todo o suporte bibliográfico e fundamentação teórica é unânime acerca da importância da EF para a promoção da saúde e para o desenvolvimento da cultura motora e das competências sociais dos alunos/jovens cidadãos.

Oficialmente define-se como EF, a partir do 2º ciclo do ensino básico até ao fim do ensino secundário. No pré-escolar é designada por Expressão Motora e no 1º ciclo designa-se por Educação e Expressão Físico Motora. É uma disciplina de carácter obrigatório e com uma carga horária de três tempos semanais. Enquanto disciplina curricular conseguiu algumas conquistas das quais se destacam: os recursos temporais, através do Desporto Escolar e com a carga horária da disciplina de três tempos semanais [90+45 minutos, ou 45+45+45 minutos], que com a última revisão dos Programas Nacionais do ensino secundário disponibiliza, sempre que a escola disponha

de condições, quatro tempos semanais [45+45+45+45 minutos, ou 90+90 minutos]; recursos humanos qualificados, não sendo permitida a entrada na carreira profissional a docentes sem qualificação própria; recursos físicos e materiais, a construção de equipamentos desportivos; Programas Nacionais da disciplina, que definem objetivos, finalidades e estratégias de operacionalização. Esta disciplina é de carácter obrigatório desde o 1º Ciclo do Ensino Básico até ao Ensino Secundário, proporcionando aos alunos a frequência de um espaço regularmente, onde são, ou deveriam ser, promovidas atividades desportivas com benefícios para os alunos (Camarinha, 2010).

O espaço de referência da EF é a escola, nomeadamente a Expressão Físico-Motora no 1º ciclo, à área curricular disciplinar da educação básica do 2º e 3º ciclos e à disciplina da formação geral do ensino secundário do sistema educativo português, independentemente de todos os restantes espaços de intervenção dos profissionais de EF, que podem ir desde o treino desportivo de formação e de alto rendimento ao trabalho nas autarquias, nos ginásios, nas empresas e nos *health clubs*. A EF é, portanto, de acordo com Brás e Bom (2002) uma “*Área Científica Interdisciplinar de Educação Física, que integra os conhecimentos e processos de investigação das actividades físicas em qualquer contexto que se realizem e por quaisquer que sejam os sujeitos*”, tendo como objeto o desenvolvimento do sujeito no âmbito da prática educativa das atividades físicas, como processo pessoal e também como processo social.

EDUCAÇÃO FÍSICA	
Objeto/Problemática	O desenvolvimento das atividades físicas
Tempo	O ritmo, a oportunidade e a duração
Espaço de referência	Todos os espaços Escola, clube, autarquia, empresa, etc.
Conteúdo	Atividades Físicas como realizações pessoais e sociais
Abordagem Científica	Ciências (plural) da Educação Física Abordagem Interdisciplinar
Educação	Educação Física Inclusiva e Eclética Pedagogia, Animação, Treino, Didática das Atividades Físicas, Exercício

Quadro 3 - Proposta de sistematização da Educação Física (Brás e Bom, 2002).

1.2.1. A importância da Educação Física

A Educação Física (EF) é tão importante quanto as outras disciplinas curriculares pois tal como as outras áreas do saber, está incluída no currículo nacional/plano de estudos. O contributo único e insubstituível da EF na formação e no desenvolvimento das crianças e jovens tem sido «alvo» de várias experiências internacionais, pois como se sabe, não só exercitam o seu lado psicomotor como também desenvolve o seu psicológico. A EF está formalmente consagrada no currículo escolar dos alunos desde o 1º ao 12º ano de escolaridade, o que significa o seu reconhecimento como área cultural prioritária de socialização e organiza-se curricularmente tendo como referência um Programa Nacional de Educação Física (PNEF) por objetivos. O seu objeto e o seu conteúdo são os que se encontram subjacentes à elaboração do PNEF e que podem ser sintetizados como a educação dos alunos no âmbito das atividades físicas culturalmente significativas, nas suas vertentes desportiva, rítmica expressiva, de exploração da natureza e dos jogos tradicionais e populares (Nobre, 2010).

No contexto da EF e sua relevância é importante definir o conceito de AF devido à sua estreita relação. De acordo com Barata (2003) *“é toda a actividade muscular ou motora (...) tudo aquilo que implique movimento, força ou manutenção da postura”*, distinguindo as AF espontâneas ou informais - parte da vida diária das pessoas e das suas tarefas e motivações, das AF programadas ou organizadas - obedecem a um planeamento, organização e a uma programação, tendo objetivos específicos. Numa perspetiva relacional, Crum (2002) define AF como ação e comportamento, socialmente desenvolvido, regido por regras (Cerqueira, 2017).

Camarinha (2010) refere que a importância da EF passa pela alteração de padrões de vida na idade adulta, pela contribuição de um estilo de vida saudável e um processo de formação. Desenvolve o potencial biológico e comportamental de aquisição de habilidades motoras, garante um repertório de atividades físicas, permite gerir o bem-estar geral, visa a aptidão física, saúde e o desenvolvimento do aluno. Esta importância na educação dos alunos está, assim, relacionada com os benefícios que estes podem usufruir, através de uma conceção que se centra no *“valor educativo da actividade física pedagogicamente orientada para o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno”*. Esta conceção de EF descrita nos PNEF (1991 [e reajustamento efetuado programa do 3º ciclo e na revisão curricular do ensino secundário, ambos em 2001]), *“concretiza-se na apropriação das habilidades e conhecimentos, na elevação das*

capacidades do aluno e na formação das aptidões, atitudes e valores (bens de personalidade que representam o rendimento educativo), proporcionadas pela exploração das suas possibilidades de actividade física adequada - intensa, saudável, gratificante e culturalmente significativa.”

A disciplina de EF é única e insubstituível, visa a saúde, a aptidão física e o desenvolvimento do aluno, no domínio das atividades físicas e desportivas, expressivas e de exploração de natureza, e possui características únicas a nível de equipamentos, espaços de aula e materiais. De facto, os objetivos da EF não só estimula a AF, como também deve instruir os alunos acerca dos vários métodos de treino que podem ser utilizados durante o seu percurso escolar e, mais importante, ao longo da vida.

De acordo com Ferreira (2004), Jesus (2013) afirma que a AF só por si constitui um elemento importante de um estilo de vida saudável e, em tempo escolar a EF é a única que a visa. Considera que as suas características únicas a tornam uma disciplina indispensável, que promove hábitos de vida saudáveis. O mesmo autor agora apoiado em Marmeleiro e Gomes (2010) reconhece que o exercício físico da EF é muito importante na fase de desenvolvimento das crianças e jovens uma vez que *“constituem para o futuro um fator determinante para um crescimento saudável de prevenção e redução de doenças, para além de exercer importantes efeitos nas aprendizagens psicomotoras”*.

“A actividade física é um elemento importante de um estilo de vida saudável. Vários estudos têm indicado que os programas de EF na escola, a actividade física desenvolvida no tempo de lazer e os hábitos de actividade física dos pais têm impacto significativo nos hábitos de actividade física das crianças e jovens e, por consequência, em alguns factores de risco das patologias mais comuns da nossa era”

- Mota, 1997 in: *A Educação Física nas Escolas do Ensino Profissional na RAA*
– *“Das Concepções às Práticas”* - Camarinha, 2010.

Com base nas experiências vividas enquanto docente da disciplina e apoiado nas ideias defendidas por vários autores, considerar que é inegável a importância da EF, pois contribui para a promoção de experiências que encorajam escolhas ponderadas e ajustadas aos gostos e preferências, que no futuro serão mais valias a ter em atenção, e que venham a ser determinantes na formação dos futuros homens e mulheres.

1.2.2. Benefícios da Educação Física: motivo de desenvolvimento (?)

Considerando que o objeto da EF é a Atividade Física (AF) e a sua contribuição para o desenvolvimento das pessoas, pode-se afirmar que a importância da EF é proporcional aos benefícios que as pessoas usufruem através da prática educativa das AF. Os benefícios que estão em causa assentam na aquisição de competências de realização e de interpretação das atividades físicas como fator de saúde e de bem-estar e como produto social e cultural.

A EF, como elemento curricular assegura à criança um conjunto de aprendizagens psicomotoras fundamentais, um maior conhecimento de si, no seu todo, através do corpo, e o descobrimento do meio envolvente onde se movimenta. Barreiros (1992) citado por Jesus (2013) afirma que *“a estruturação cognitiva da criança é facilitada pelas experiências do movimento, na base da educação físico-motora”* e que *“o desenvolvimento conceptual assenta no desenvolvimento perceptivo e este, por sua vez assenta no desenvolvimento”*. Portanto, numa perspetiva pedagógica, a EF é fundamental no que diz respeito aos benefícios e aprendizagens para as crianças, sendo estes influenciados pela quantidade de experiências ao nível do movimento que possam realizar durante o seu processo de desenvolvimento. E quanto mais cedo melhor, pois como defende Neto (2007) *“os anos críticos para a aprendizagem das habilidades motoras, situa-se entre os três e os nove, dez anos de idade”*. Durante este período mais sensível se não houver estimulação de habilidades motoras, pode resultar na impossibilidade de adquiri-la e/ou desenvolve-la, sendo certo que jamais alcançará o benefício que poderia atingir se tivesse tido uma educação físico-motora no tempo certo (Jesus, 2013). Esta ideia é reforçada por Logan et al. (2012) que menciona que as crianças que não tenham passado por estas experiências poderão encontrar-se incapacitadas de atingir o estágio maduro em certas habilidades, tanto nesta fase como nas seguintes. Esta é a razão pela qual muitas crianças e mesmo adultos não vão além do estágio elementar, em variados padrões de movimento (Cerqueira., 2017).

Jesus (2013) fundamentado em Neto (2004) defende que a função e os objetivos da EF procuram promover o gosto pela AF, na escola, criando condições para que se retire o maior benefício possível para que se mantenham fisicamente ativos ao longo da vida, seja através de experiências lúdicas ou de atividades adaptada aos seus gostos e necessidades, independentes do espaço de referencia (Escola, clube, autarquia, empresa, etc.). A prática regular de AF, na escola ou fora dela, pode oferecer inúmeros benefícios para o desenvolvimento da criança – crescimento físico; desenvolvimento de

capacidades; trabalho em cooperação; valorização de auto estima; criação de estilos de vida ativos, que por sua vez poderão fortalecer hábitos de saúde.

Em 2019, o IV Seminário “*A Cultura Motora na escola do 1º CEB*” em São Miguel, Açores, promoveu uma análise dos envolvimento/contextos da prática de AF que acompanham a infância com impacto no perfil atual do aluno do 1º CEB, com a intenção de fazer refletir sob as atuais práticas curriculares e não curriculares. Na minha participação, de entre os vários preletores, destacaria em especial o Dr. Carlos Neto que, na sua intervenção - *Do Brincar ao Desporto*, realçou a «urgente» necessidade de atualizar e acompanhar a sociedade atual, onde está patente uma grande inatividade física e onde as crianças e jovens sofrem por isso. Realmente, hoje em dia, as crianças não brincam nem exploram a rua de forma livre e espontânea. Aliás, o aumento dramático de desordens mentais [ansiedade, depressões, etc.] tem sido o reflexo das características do tempo na infância, o qual passou a ser vivido de forma excessivamente organizado, estruturado, limitado e com currículos escolares demasiados extensos, fazendo com que as crianças passem muito tempo paradas e sentadas. No entanto, o Homem, em todas as suas componentes – fisiológica, motora, emocional, nervosa e social, foi «feito» para ser ativo e se mover. O facto de «aparafusarmos» as crianças a cadeiras, nas escolas, e em casa, está também a contribuir para o sedentarismo e para este analfabetismo motor patente na sociedade atual.

Se estivermos efetivamente despertos para esta realidade e para a, real, importância de um reportório motor eclético que pode e deve ser desenvolvido através do brincar, conseguimos promover uma formação motora adequada estabelecendo uma relação entre estimulações ocasionais [informais] e estimulações organizadas [formais]. Devemos promover uma aprendizagem motora participada orientada para um ecletismo motor, de modo a dotar as crianças de novas competências [resolução de problemas complexos, pensamento crítico, ser criativo, motivar equipas, saber comunicar], numa perspetiva de preparação, pois o futuro [do trabalho/emprego] será digital. E através do «brincar e ser ativo», com mais riscos na infância, estimulamos e promovemos capacidades adaptativas e criativas. Para isso precisamos de políticas públicas que: promovam mais atividade física regular, no contexto escolar; permitam situações de maior nível de risco; desenvolvam atividades lúdicas e desportivas em grupo; permitam relações mais próximas com a natureza.

Esta minha reflexão visa envolvimento promotores de uma cultura motora dirigidos às crianças em espaço escolar e no seu envolvimento, perspectivando e desejando, no presente e futuro, melhores práticas físicas, lúdicas e desportivas na escola, independentemente das tipologias dos espaços [formais e informais]. Nesse sentido, penso que as crianças poderão, de modo mais efetivo, usufruir dos benefícios da EF/AF numa perspectiva de consolidação de hábitos de saúde, pois durante o período de escolaridade obrigatória, a escola deve ser considerada, efetivamente, como um local de efetiva aprendizagem com prazer. Para que isso possa acontecer, devem ser criadas condições para que reverta em benefícios para o aluno, respeitando os seus interesses e necessidades, cabendo aqui um papel muito importante à EF/AF.

Considerando que a EF, realmente, desenvolve competências de realização e de interpretação das atividades físicas para que se retire benefícios, promove o gosto pela AF e cria condições para que se mantenham fisicamente ativos ao longo da vida, importa refletir acerca dos motivos que levam à sua prática, tentar compreender o que pode ter determinado e assim atuar em conformidade. Nesse sentido, Moreira (2006) menciona vários autores, na tentativa de perceber as razões apontadas pelos inquiridos nos vários estudos. Percebeu que, seja a procura do bem-estar do indivíduo, a busca da independência e autorrealização, e/ou a socialização, a AF e o desporto oferecem um grande campo de possibilidades para a realização do praticante. Dos motivos mais invocados salientam-se: preocupações com a condição e desenvolvimento físico, corpo e saúde; o divertimento proporcionado; o gosto; e a sociabilidade proporcionada.

Deste modo percebe-se que a EF e o Desporto refletem-se positivamente na vida dos cidadãos e que, apesar de só uma pequena parte dos jovens portugueses se dedicar a este tipo de atividade, os que o fazem têm clara consciência dos motivos da sua opção. Assim, é necessário estar consciente de que as mudanças ocorridas na sociedade atual tornaram a gestão e a organização do tempo livre das crianças numa questão problemática. O tempo livre infantil, deve ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento, realização pessoal e interação social, que merece valorização e preocupação, pois é a partir do conhecimento dos cenários vivenciais que a realidade social da infância desponta. E é fulcral que se oriente numa perspectiva de saúde com comportamentos de um estilo de vida ativo.

Segundo Loureiro (2004), *“cada vez mais é associada a atividade física à promoção da saúde, atribuindo-lhe um significado e uma importância em tudo semelhante aos*

cuidados de saúde primários, à alimentação saudável, à precaução de vícios e comportamentos capazes de causar riscos para a saúde". As relações entre AF, Condição Física (CF) e Saúde são de extrema importância e muito complexas devido à influência que têm entre si. As pessoas em melhor forma física são, obviamente, mais ativas e à medida que a sua CF melhora, vão se tornando cada vez mais ativas e produtivas. O mesmo se passa com as crianças em idade escolar, ou seja, uma AF regulada e ajustada aos seus interesses e necessidades pode contribuir para um melhor rendimento e aproveitamento escolar (Jesus, 2013).

Sendo uma disciplina obrigatória desde o 1º CEB, o sistema educativo deve garantir que todos os alunos se exercitem durante o tempo atribuído no horário escolar destinado à EF, em espaços formais, bem como estimular atividades lúdicas e físicas em espaços informais. E cabe a nós, professores de EF, a tarefa de estruturar a disciplina com qualidade que permita a comunicação, autorrealização e o desenvolvimento educativo dos nossos alunos em todos os espaços de referência.

No sentido de corroborar a preocupação e a importância da implementação da prática da AF e da EF, várias entidades internacionais publicaram documentos e/ou cartas abertas no sentido de nortear as decisões executivas dos governos do mundo. No âmbito da saúde, o seu órgão máximo – a Organização Mundial da Saúde, nas suas Recomendações Globais sobre Atividade Física para a Saúde, conclui que, para obter benefícios para a saúde física e mental, os jovens de 5 a 17 anos devem realizar diariamente pelo menos 60 minutos de atividade física de intensidade média (OMS, 2010), fazendo justiça à sua definição de saúde que perdura desde 1947 – *“estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”*.

Também a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* [UNESCO], em 1978, já tinha apresentado a Carta Internacional da EF, da AF e do Desporto, que proclamava promover o desenvolvimento da EF e do Desporto ao serviço do desenvolvimento da humanidade. Em 2015, atualizaram o referida Carta com 12 artigos que defendem, entre muitas outras ideias, a prática de EF e do Desporto como um direito fundamental de todos; defende a EF e o Desporto como um elemento essencial a ser introduzido no sistema global da educação como ainda estabelece que a EF e o desporto devem atender às necessidades dos indivíduos da sociedade em geral, bem como deve ser ministrada por pessoal qualificado (Unesco, 2015).

Também, em 2015, publicou “*Quality Physical Education – Guidelines for Policy-Markers*”, com diretrizes que foram desenvolvidas para relevar o acesso de Educação Física de Qualidade em todas as faixas etárias, desde o início da escolaridade até ao final do ensino secundário. Nesse sentido, fornecem uma estrutura para apoiar os governos e respetivos ministérios, secretários de estado e/ou chefes de departamentos que tutelem a disciplina, a reformular as políticas de educação física de modo a acelerar o desenvolvimento das várias dimensões do ser humano de uma maneira única e abrangente (UNESCO, 2015).

A nível Europeu, a Comissão Europeia [CE], nomeadamente no Plano de Trabalho para o Desporto (CE, 2015), assume que, desde o nascimento, as habilidades motoras assumem papel fundamental na capacidade neuro motora e na promoção de um comportamento saudável. Durante esse período, a falta de estímulos físicos e cognitivos apropriados pode levar a deficiências irrecuperáveis ou atrasos que afetarão o desenvolvimento pessoal ao longo da vida. A participação na atividade física deve, portanto, ser promovida desde a primeira infância, com o objetivo de desenvolver habilidades neuro motoras, físicas, psicológicas e sociais.

“The academic and social relevance of physical education is acknowledged in Europe, being included in the formal curriculum in both primary and secondary education. This fact demonstrates the political commitment to physical education and sport across MS”²

- EC: EU Work Plan for Sports, 2015

No quadro abaixo [quadro 4] pode-se observar as Recomendações do Grupo de Especialistas HEPA [*Health Enhancing Physical Activity*] para a promoção da EF nas Escolas Europeias e para a criação de interações favoráveis entre a EF e o setor desportivo, privado e as autoridades locais. Devido à sua especificidade estar em conformidade com o nosso país – Portugal, decidi explanar as referidas recomendações para uma leitura integral e conhecimento mais minucioso.

² Tradução: “A relevância académica e social da educação física é reconhecida na Europa, sendo incluída no currículo formal do ensino fundamental e médio. Esse facto demonstra o compromisso político com a educação física e o desporto em todos os Estados-Membros.”

Recomendações para a promoção da EF em Escolas Europeias - HEPA

1	A Atividade Física deverá ser promovida desde o nascimento e ao longo da vida e em todos os níveis educacionais: infância, ensino básico, secundário e superior. Os ambientes pré-escolares e escolares têm um papel chave no desenvolvimento da Educação Física e na promoção da Atividade Física e do Desporto.
2	Desde o nascimento até a infância, todos aqueles que têm responsabilidades sobre crianças deverão estar conscientes do importante papel que desempenham nas primeiras fases do processo educacional associado ao desenvolvimento motor e à atividade física. Pais, Educadores e Professores no pré-escolar deverão usufruir de apoio, que poderá passar por programas de formação, de modo a desenvolverem os seus conhecimentos e as competências específicas para este nível de educação e formação, especialmente no que se refere à aprendizagem sensório motora e à participação ativa em brincadeiras.
3	Desde o nascimento e durante a infância, a Educação Física deverá promover a participação ativa diária em brincadeiras, jogos e desportos direcionados para desenvolver competências essenciais ao nível neuro motor, físico, psicológico e social. Nos ensinos Básico e Secundário a disciplina Educação Física deverá incluir um conjunto variado de jogos, dança, desporto e exercícios físicos. A Atividade Física escolar e a Educação Física deverão ser agradáveis e atrativas de modo a maximizar a
4	O currículo da Educação Física deverá integrar atividades físicas adaptadas aos vários estados de maturidade das crianças e jovens. Os períodos ótimos de desenvolvimento deverão ser considerados com o objetivo de proporcionar um desenvolvimento pleno das capacidades e das competências neuro motoras.
5	A prática de desportos e de atividades físicas realizadas em espaços exteriores deverão ser promovidas em todos os níveis educacionais. Conjuntamente com as atividades extracurriculares, o currículo de Educação Física deverá promover estilos de vida que integrem atividades realizadas em espaços exteriores (ex.: parques naturais).
6	A Educação Física e as atividades extracurriculares deverão igualmente promover uma formação ao nível da ética, transmitindo valores relacionados com o fair play, cooperação, equidade, igualdade, integridade, paz, direitos humanos e o respeito pelas capacidades dos outros. Através da participação no Desporto deverão também ser desenvolvidas competências relevantes ao nível do trabalho de equipa, inclusão social e liderança, evitando qualquer tipo de estereótipo associado ao Desporto.
7	O currículo da Educação Física deverá incluir conceitos associados à educação para a saúde, nomeadamente o bem-estar pessoal e social e a promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, que deverão ir para além da prática de atividade física e de desporto. Os professores de Educação Física deverão cooperar com outras disciplinas escolares de modo a desenvolver em pleno estes conceitos junto da comunidades educativa.
8	Todos deverão ter possibilidade de participar na Educação Física e em atividades extracurriculares, incluindo crianças menos ativas e com um menor nível de competências, recorrendo para o efeito a metodologias e atividades adaptadas, diferenciadas e inclusivas. Esta recomendação inclui crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou com algum outro nível de incapacidade.

9	O planeamento e a operacionalização das aulas de Educação Física deverão integrar estratégias de segurança e medidas de prevenção com o intuito de reduzir as possibilidades de acidente e de ferimentos.
10	O tempo obrigatório para a Educação Física deverá ser aumentado para 5 horas semanais, divididas por 5 aulas. A estrutura curricular e os objetivos deverão ser ajustados de acordo com as necessidades de formação diagnosticadas definindo, para cada estado de desenvolvimento, resultados a alcançar que sejam tangíveis e simultaneamente flexíveis, assim como sugerindo a inclusão de atividades que concorram para o cumprimento desses objetivos.
11	A Educação Física é uma componente essencial do currículo escolar, pelo que a sua exclusão deverá ser permitida apenas em condições extraordinárias. Na maior parte das situações a participação deverá ser assegurada através da utilização de atividades inclusivas, diferenciadas e adaptadas.
12	A Educação Física deverá considerar a possibilidade de incluir uma avaliação baseada na progressão individual e na quantificação do sucesso, com o intuito de complementar os métodos formativos e sumativos da avaliação das aprendizagens dos alunos. Os professores de Educação Física deverão providenciar feedback regular e efetivo, enquadrado nos objetivos de aprendizagem definidos.
13	Em todos os níveis de educação deverá existir uma preferência na alocação de professores de Educação Física qualificados e com um grau de especialização para o desempenho das suas funções. Quanto não for possível os professores generalistas deverão ser apoiados por professores de Educação Física qualificados ou treinadores certificados.
14	As entidades nacionais responsáveis pela Educação deverão promover mudanças qualitativas no currículo de formação dos professores de Educação Física, quer na formação inicial quer na formação contínua, com o objetivo de melhorar e expandir o conhecimento e competências destes profissionais num conjunto variado e relevante de temas.
15	As entidades nacionais responsáveis pela Educação deverão também suportar o desenvolvimento e implementação de métodos que assegurem a qualidade e a <i>compliance</i> (conformidade de processos) das aulas desta disciplina com o currículo definido.
16	As escolas, individualmente ou em cooperação com outras organizações relevantes, deverão promover e aumentar o número de atividades físicas disponíveis extra currículo de Educação Física (ex.: transporte para a escola de bicicleta, intervalos com atividade física, torneios desportivos, etc.), suportando um conceito de escola ativa.
17	As escolas deverão procurar estabelecer uma estrutura cooperativa com as organizações desportivas e outras ofertas desportivas locais de modo a promover atividades curriculares e extracurriculares.
18	Deverão ser criadas parcerias entre escolas e organizações do sector desportivo assegurando a qualidade, segurança e disponibilidade de infraestruturas e equipamentos para a EF, atividades extracurriculares para o usufruto das comunidades. Estas parcerias deverão assegurar uma gestão eficiente das infraestruturas e prevenir a duplicação ou a fraca utilização das mesmas.
19	A administração das escolas deverá ser encorajada a melhorar a disponibilidade das suas infraestruturas desportivas após o horário escolar, tornando-as mais acessíveis às comunidades e às organizações desportivas locais.

20	Ao nível da UE deverá ser criado um certificado a ser atribuir às escolas que, de acordo com um conjunto de critérios pré definidos, demonstrem ter um envolvimento ativo na promoção e no apoio à Atividade Física e ao Desporto.
21	A administração das escolas deverá criar e fortalecer as condições necessárias para suportar e facilitar o desenvolvimento da carreira desportiva de jovens atletas com talento evidente, promovendo a adoção de medidas específicas ao nível da flexibilidade do currículo escolar e do horário semanal escolar (permitindo ter o tempo suficiente para treinar e competir), matrículas, transferência de escola, aulas suplementares, datas flexíveis de exame e professores tutores.
22	Deverão ser desenvolvidas estruturas a nível nacional para promoção da cooperação de treinadores certificados com as escolas, organizações desportivas e autoridades locais procurando ter um impacto sustentável no desenvolvimento das escolas, complementando as competências dos professores mais relacionadas com o Desporto. Esta participação não deverá substituir as aulas obrigatórias de Educação Física ou compensar uma possível falta de recursos humanos (professores de Educação Física).
23	Deverão ser desenvolvidas estruturas a nível nacional para promoção da cooperação de treinadores certificados com as escolas, organizações desportivas e autoridades locais procurando ter um impacto sustentável no desenvolvimento das escolas, complementando as competências dos professores mais relacionadas com o Desporto. Esta participação não deverá substituir as aulas obrigatórias de Educação Física ou compensar uma possível falta de recursos humanos (professores de Educação Física).
24	As autoridades locais deverão desenvolver modelos eficientes para planear, gerir e financiar infraestruturas desportivas e Atividade Física de qualidade e com segurança, tornando-as acessíveis às escolas, organizações desportivas, comunidades locais e cidadãos.
25	Através de uma cooperação com as escolas, as organizações desportivas e outros <i>stakeholders</i> deverão desenvolver e implementar campanhas locais para promoção da Atividade Física e do Desporto como uma parte essencial de um estilo de vida saudável.
26	As organizações do setor privado deverão ser encorajadas a cooperar com as escolas e outras instituições educacionais para desenvolver uma oferta de Atividade Física e de Desporto para crianças e jovens, nomeadamente campos desportivos, programas desportivos regulares, atividades extracurriculares e eventos de sensibilização pública, particularmente em áreas onde as oportunidades são limitadas, tornando-a acessível à comunidade escolar. Estas atividades deverão ser enquadradas por princípios pedagógicos, respeito pela equidade e valores éticos e não deverão substituir as aulas de Educação Física obrigatórias.
27	O esforço para melhorar a recolha de dados ao nível do HEPA deverá ser estimulado, através de medições objetivas ao nível da escola.
28	A Comissão Europeia deverá reportar o progresso relativamente à implementação das recomendações presente neste documento (HEPA).

Quadro 4 - Recomendações Comissão Europeia - Desporto 2014/2017. Adaptado por CNAPEF a partir do documento: "Recommendations to encourage physical education in schools, including motor skills in early childhood, and to create valuable interactions with the sports (CE, 2015).

Capítulo 2 – O Contexto e a Oportunidade nos Açores

Segundo Jacobi (2003), as políticas ambientais e os programas educativos que apelam à conscientização da crise ambiental requerem, cada vez mais, novas abordagens integradoras, críticas e inovadoras. Assim, a Educação Ambiental (EA) deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social, e que relacione o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Num contexto, marcado pelas crises ambientais, a EA ganhou destaque, através da inserção da temática ambiental na educação, em todos os níveis e modalidades de ensino. De facto, com a realização de ações e a criação de leis, tentou-se consolidar a sua aplicabilidade através de resoluções e iniciativas a nível internacional – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com 17 ODS publicada pela ONU; e a nível nacional - Lei de Bases da Política de Ambiente, ENEA, ENEC, Referencial de Educação para a Sustentabilidade.

Nos Açores, a criação, em 1998, de uma Direção de Serviços de Promoção Ambiental, integrada na Direção Regional do Ambiente (DRA), constituiu o primeiro sinal de desenvolvimento de um trabalho mais organizado e estruturado em matéria de EA, que complementasse, em termos institucionais, as iniciativas pontuais de educação e sensibilização ambiental realizadas por diversas entidades governamentais e não-governamentais. Neste mesmo ano, foi celebrado um protocolo entre a DRA e o Instituto de Promoção Ambiental, na sequência do qual foi iniciada a Rede Regional de Ecotecas dos Açores (RREA) e inaugurada a primeira Ecoteca na Região, em outubro de 1999, mais concretamente na ilha do Pico. Desde então, o Governo Regional dos Açores (GRA) promoveu o alargamento da RREA a todas as ilhas e tem apostado continuamente na promoção de estruturas e programas de EA. Em 2011 foi aprovado o Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores (PRESAA), o qual enquadra a estratégia regional e os objetivos, de curto e médio prazo, por forma a que, progressivamente, se amplie e aprofunde uma cidadania ambiental ativa e uma perspetiva de desenvolvimento assente na sustentabilidade (EPA, 2012).

Na perspetiva da Educação Física (EF), importa analisar os PNEF numa perspetiva de reforço da EF no contexto escolar tendo em conta a sua importância e benefícios, visando o seu desenvolvimento, nomeadamente nas suas competências específicas,

objetivos gerais e específicos e finalidades, enquanto «normas» ou «critérios» que permitam a relação com a EA através da aplicabilidade dos PNEF, na lecionação das matérias nucleares e/ou alternativas, em espaços formais, informais e/ou alternativos.

Importa, portanto, destacar a implementação de «parcerias», que promovam a cooperação e partilha, desenvolvendo um importante sentido mobilizador de diversas instituições em prol das questões de cariz ambiental e da afirmação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, com destaque para as **Escolas** enquanto local privilegiado para essa sensibilização e formação, particularmente através da EA na Região Autónoma dos Açores (RAA) – PRESAA, e da EF – Programas Nacionais de EF (PNEF).

Os pontos, seguintes, que compõem este capítulo são o resultado de uma análise e reflexão dos documentos PRESAA e PNEF, ambos presentes nas referências bibliográficas deste trabalho, por forma a contextualizar a necessidade da aplicabilidade da EA na RAA e do contributo da EF para a realização dos efeitos educativos globais na escola. O propósito é o de reforçar as suas importâncias, legitimando as suas funções sociais e permitindo uma reflexão pedagógica, adaptada à realidade da RAA.

2.1. PRESAA: Plano Regional da Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores

A EA, e num âmbito mais geral a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), é assumidamente uma prioridade à escala global e tem sido encarada como tal também na RAA. O PRESAA é uma proposta da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM) do Governo Regional dos Açores (GRA), que pretende contribuir para que a EA nos Açores amplie e aprofunde a visão regional de sustentabilidade, com políticas de mudança de atitudes, criando um espírito verde e agregador da Região. É um documento constituído por uma estratégia conjunta regional, transversal, de sensibilização e educação ambiental, tendo como alvo a sociedade açoriana; e um plano de ação trienal, que incentiva a partilha de experiências e de recursos, pois o ambiente deve ser para todos e ter o contributo de todos (Governos dos Açores, 2011).

Com a propagação de espaços educativos e lúdicos dedicados à informação do cidadão que incluem também as temáticas ambientais, as Ecotecas enquanto centros de

recursos especializados, mantém-se como sinónimo de serviço educativo. Nessa missão, a sua função prioritária permanece a simplificação de ações de educação e sensibilização ambiental na comunidade local, disponibilizando, gratuitamente, informação ambiental ao cidadão (EPA, 2012).

Os pontos seguintes – 2.1.1., 2.1.2. e 2.1.3., são o resultado de uma análise e reflexão do documento PRESAA, presente nas referencias bibliográficas deste trabalho (Governo dos Açores, 2011).

2.1.1. Enquadramento Regional

O compromisso presente para com as gerações futuras está em igualdade de importância com a utilização equilibrada dos recursos naturais. Para se conseguir uma sociedade economicamente viável, justa e ambientalmente íntegra, A integração de princípios, valores e práticas fundamentais para um desenvolvimento sustentável são cruciais, para a mudança de comportamentos e de estilos de vida das alterações a operar. Portugal definiu as orientações para as mudanças a operar na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo plano de implementação, nela incorporando as estratégias de sustentabilidade da RAA.

As estratégias regionais resultaram de um desempenho alargado de participação pública e de cidadania espelhadas no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Açores. Os objetivos principais deste documento, no que se refere à procura da qualidade da educação, do conhecimento e da formação contínua ao longo da vida, são áreas de atuação chave operacionalizadas no PRESAA, funcionando como motor para que as atitudes, capacidades e conhecimentos sejam competências a adquirir, centrados no trabalho articulado do conceito nuclear de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Pretende-se que O PRESAA, ao longo do seu período de implementação de 12 anos (2011-2024), tenha um papel de apoio paralelo e orientador, constituindo uma ferramenta de trabalho para alunos, professores e restante sociedade civil, nas temáticas ambientais.

Em Portugal, e consequentemente na RAA, bem como em muitos países do mundo, a EA, por ser uma área técnica, transversal e interdisciplinar, sempre foi da competência das autoridades do Ambiente e não da Educação. Embora, na escola, algumas disciplinas trabalhem mais conteúdos de EA do que outras, a necessidade da interdisciplinaridade em contexto escolar é óbvia, sendo que cada docente tem de estabelecer a ligação entre os conteúdos da sua disciplina e a cidadania ambiental.

Felizmente, na RAA, para além do setor de educação formal [as escolas], o setor de educação não formal [como centros de interpretação, organizações não governamentais, museus, centros de ciência, etc.] e o sector de educação informal [televisão, jornais e revistas, rádio, famílias e amigos] cooperam para a educação [ambiental e não só] de todas as gerações e níveis sociais, de modo a atingir os objetivos locais de sustentabilidade e assim tentar resolver problemas existentes. Nesse sentido abrangeram-se diversas áreas populacionais e faixas etárias, com o intuito de promover a literacia ambiental na sociedade açoriana, em função dos programas ambientais desenvolvidos.

2.1.2. Visão de Desenvolvimento Sustentável

Ambiciona-se que a visão do desenvolvimento sustentável para a RAA seja consensual e transversal a toda a sociedade. Esta visão, ainda que alicerçada na educação formal, é crucial que se expanda a outros níveis e sectores da RAA de forma faseada.

Sendo as políticas de ambiente transversais e multisectoriais, o sucesso passa pelo envolvimento de todas as entidades e de todos os cidadãos de forma voluntária. Para conseguir este objetivo propõe-se desenvolverem-se iniciativas, projetos/programas de educação ambiental para as escolas e, paralelamente, eventuais incentivos de adesão a projetos e práticas ambientalmente mais sustentáveis, promovendo a valorização da qualidade ambiental do Arquipélago.

É certo que ainda existirá a ideia de que a EA/EDS cabe essencialmente à escola. Sem dúvida que esta é uma das principais intervenientes na formação integral dos cidadãos. É neste sentido que se propõe envolver toda uma nova geração desde o seu início escolar e aferirmos, posteriormente, os efeitos desejados na sua literacia ambiental e nos seus comportamentos e atitudes perante o ambiente.

Torna-se importante, então, definir a EA como prioridade na RAA, destacando a necessidade de:

- Aumentar a mobilização da sociedade para a participação e voluntariado nas diversas áreas ambientais;
- Melhorar a percepção de transversalidade do desenvolvimento sustentável como sujeito comum nas várias temáticas ambientais;
- Estruturar a estratégia regional de educação e sensibilização ambiental;
- Acentuar a divulgação e disponibilização gratuitas à comunidade dos recursos ambientais produzidos pelas várias instituições a nível individual;
- Adequar os recursos educativos ambientais à realidade regional;
- Melhorar a produção de materiais educativos para os vários níveis de ensino;
- Conhecer as boas práticas operacionais nalguns setores da sociedade açoriana para melhorar a preservação dos recursos naturais.

Os problemas ambientais são fundamentalmente de ordem económica, social e cultural. Não se resolvem unicamente através de tecnologias e afins, mas sobretudo, através da modificação de valores, atitudes e comportamentos em relação ao ambiente. Esta visão deve servir de suporte e orientação para dar continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido na RAA, com a consciência que só assim teremos uma participação ativa na Educação e Sensibilização Ambiental.

2.1.3. Objetivos Estratégicos: Educação Formal

Existe uma grande necessidade de educar e consciencializar os cidadãos para viver bem dentro dos limites do Planeta. Com o objetivo de construir um novo estilo de vida individual e coletivo, há que desenvolver programas e atuações de carácter educativo capazes de promover mudanças progressivas no que toca a valores e atitudes dominantes da sociedade atual. As infraestruturas mais adequadas a funcionar como portais de entrada da EA são as **escolas** dos diversos graus de ensino. Os destinatários são fundamentalmente os professores e alunos, mas também as suas famílias e restante comunidade educativa, não sendo esquecidos os níveis de ensino profissional e universitário. As ações no âmbito do PRESAA têm um acompanhamento e uma concordância muito próxima com a Direção Regional de Educação e Formação [DREF], no que se refere sobretudo às matérias de carácter pedagógico e de ensino formal.

Os objetivos estratégicos do PRESAA, sendo estabelecidos numa perspetiva de longo prazo, servem de base para a definição de objetivos específicos a curto e médio/longo prazo, permitindo ao Plano de ação a construção de campanhas e de ações obedecendo a metas de natureza variada.

Objetivos Estratégicos - PRESAA	
1 Coordenação e integração	Assegurar a eficácia das iniciativas de EA através de melhor coordenação e integração dos projetos existentes, para evitar duplicação de esforços e recursos e levar mensagens mais consistentes e eficazes à comunidade. A disponibilização gratuita de informação atual e consistente sobre os programas, recursos e serviços existentes promoverão decisões estratégicas sobre EA e para a Sustentabilidade baseadas nos <u>exemplos de boas práticas</u>
2 Dinâmica governamental	<u>Encorajar</u> todos os departamentos do GRA a liderar pelo exemplo, através da <u>participação e desenvolvimento de programas/projetos de EA contínuos e eficazes para a sensibilização da população para a sustentabilidade e encorajar comportamentos ambientalmente responsáveis</u> . A EA é uma importante ferramenta de gestão ambiental, tal como a regulamentação, fiscalização e políticas de gestão ambiental tradicionais, que contribuem para mobilizar as comunidades para a sustentabilidade. Os diferentes níveis de governação podem oferecer diferentes forças e complementar-se na área da EA. Coordenação e parcerias entre os diferentes níveis de governação são essenciais.
3 Educação formal	Assegurar que todos os estudantes de todos os níveis e formatos de educação formal participam em ações de EA que desenvolvem valores ambientais e compreensão do conceito de sustentabilidade, assim como o conhecimento e capacidades necessárias para que reconheçam os impactos ambientais das suas escolhas pessoais e laborais, e atuar para minimizar esses impactos, ao longo das suas vidas. Este objetivo será atingido através da reorientação dos programas curriculares já existentes para os princípios da sustentabilidade e promovendo recursos regionais adaptados e atuais. As escolas são importantes agentes de intervenção e motores de mobilização da sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa, pelo que são consideradas como importantes polos de produção e difusão de informação sobre EA ao nível local e regional. Este processo deve ser realizado em todo o sistema de educação formal, o que inclui também o ensino profissional, as universidades e as escolas técnicas, além do ensino primário e secundário.

4 Mobilização da sociedade	Apoiar atividades de EA dirigidas à comunidade açoriana em geral, para ajudar a minimizar os seus impactos ambientais e assegurar que a região avança para maior sustentabilidade, estimulando uma cultura de participação cívica e de responsabilidade social em todos os domínios do Ambiente e do DS. Os Açores são privilegiados por terem muitos grupos comunitários, organizações não governamentais e cidadãos altamente motivados que se envolvem em programas de EA. Este trabalho deve ser reconhecido e apoiado para facilitar um ainda maior envolvimento da comunidade na proteção ambiental e prossecução da sustentabilidade.
5 Desenvolv. parcerias com o sector privado	Encorajar todas as empresas a ter um papel ativo no desenvolvimento sustentável da Região e providenciar programas de boas práticas ambientais e formação ambiental para os seus funcionários e colaboradores.

Quadro 5 – Objetivos Estratégicos do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).

O PRESAA pretende servir de motor e condutor dos vários setores da sociedade à inclusão das respetivas ações ou à criação de um plano de ação próprio inspirado na estratégia definida neste Plano. No entanto, e para um melhor enquadramento, apenas foram tomados em consideração e analisados os objetivos específicos de médio/longo prazo [2014-2024], e respetivas metas, do objetivo estratégico 3 – Educação Formal, devido à sua importância e contextualização deste trabalho que visa uma intervenção pedagógica através da relação da EA com a EF no setor formal [escola].

Objetivos Específicos (2014-2024) – OE 3: Educação Formal	
1 Interligar as temáticas e as ações do PRESAA com o curriculum regional	Definição anual ou bienal de programas e projetos em consonância com as temáticas do PRESAA Aumentar a participação das escolas em programas/projetos europeus como por exemplo Eco-Escola e Jovens Repórteres para o Ambiente Realizar ações de formação a professores para a continuidade da inclusão da EA, nomeadamente atualização de conteúdos e de projetos ambientais Promover parcerias bienalmente para a realização de ações de formação/demonstração
2 Apoiar iniciativas desenvolvidas em contexto escolar	Criar recursos atualizados com programa curricular regional vigente Criar recursos que permitam aos anteriores projetos e programas europeus como o Eco-escola e Jovens Repórteres para o Ambiente, a sua concretização face a alterações ao programa curricular regional

Quadro 6 – Obj. Específicos do OE 3: Educação Formal do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).

A implementação realista desta estratégia necessita da definição de **metas**, a serem mais detalhadas em cada plano de ação nomeadamente na indicação dos respetivos intervenientes. As metas estratégicas deverão servir de referência à verificação do cumprimento dos objetivos estratégicos do PRESAA para o período correspondente a 2011-2024, podendo ser, contudo, sujeitas a eventuais alterações.

Metas – OE 3: Educação Formal	
Meta 9 Criar material de apoio para o professor	por forma a integrar no 1º ciclo os programas e projetos de EA no programa curricular regional, até 2012
	por forma a integrar no 2º ciclo os programas e projetos de EA no programa curricular regional, até 2013
	por forma a integrar no 3º ciclo os programas e projetos de EA no programa curricular regional, até 2014
Meta 10	Aumentar bienalmente, em percentagem, o número de escolas galardoadas/premiadas por programa/projeto ambiental (por exemplo Eco-escola e Jovens Repórteres para o Ambiente ou Agenda 21 Local) face ao número de escolas existentes, a nível regional
Meta 11	Divulgar anualmente a nível regional pelo menos uma iniciativa realizada em contexto escolar
Meta 12	Realizar uma ação de formação anual para docentes
Meta 13	Promover uma parceria bienalmente a partir de 2014 com os vários estabelecimentos de ensino superior/profissional da qual deverá resultar a realização de uma ação de formação/demonstração

Quadro 7 – Metas OE 3: Educação Formal do PRESAA. Adaptado a partir do documento: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base (GRA, 2011).

- Temas de Atuação e Programas/Projetos Ambientais na RAA

Na última década assistiu-se a um progresso da participação da sociedade e a um aumento da sua consciência relativamente às questões ambientais. Ainda assim, é fundamental continuar a apostar na componente da EA nos contextos dos programas e atividades curriculares e extracurriculares dos vários graus de ensino. A intenção é de valorizar para conservar. **Valorizar** as áreas protegidas e classificadas dos Açores, que constituem um legado natural e cultural inconfundível, **para as conservar**, através de ações de gestão ambiental., pois são locais de aprendizagem extraordinários para o conhecimento e proteção dos valores ambientais e culturais que lhes estão associados.

O PRESAA pretende, a cada três anos, dar maior ênfase a um **tema ambiental** nuclear, dando preferência às áreas de atuação da SRAM, nomeadamente: resíduos, recursos hídricos, mar, conservação da natureza, energia, ar, alterações climáticas, ordenamento do território. Assim as diversas áreas de atuação são integradas, transversalmente, no programa curricular regional.

Com o intuito de contextualizar este trabalho serão apenas referidos programas ambientais desenvolvidos na RAA, para crianças e jovens em idade escolar que procurem promover a literacia ambiental da sociedade açoriana de extensão internacional/nacional - *Eco Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente*, e outros no âmbito regional/local - *Parque Escola, Projetos LIFE e Vigilante da Natureza Júnior dos Açores*.

O Eco-Escolas é um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Pode ser adotado por qualquer escola que se inscreva e que tenha como objetivo garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, envolvendo-os assim na construção de uma escola e de uma comunidade mais sustentáveis (GRA);

O Jovens Repórteres para o Ambiente é um projeto internacional promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa - Secção Portuguesa da Fundação para a Educação Ambiental, destinado fundamentalmente aos estudantes do ensino secundário. Pretende preparar os jovens para exercerem uma cidadania ativa na defesa do ambiente, através da sua participação nos processos de decisão. Os estudantes investigam e interpretam questões ambientais como se fossem jornalistas, reforçando os seus conhecimentos no domínio do ambiente, das línguas estrangeiras e das novas tecnologias e técnicas de comunicação (EPA).

O programa Parque Escola é desenvolvido anualmente pela DRA, através dos serviços educativos dos Parques Naturais de Ilha e da Rede de Centros Ambientais dos Açores, e disponibiliza à comunidade escolar uma oferta educativa diversificada e de carácter multidisciplinar, com ações dinamizadas dentro e fora do espaço escolar, sendo que para cada ação é apresentada a correspondência com as áreas curriculares e conteúdos disciplinares, quer do ensino básico, quer do ensino secundário. Para além da rede de áreas protegidas, temas como a diversidade biológica, os recursos naturais, a geodiversidade, a eficiência energética, as alterações climáticas, os resíduos, a

qualidade ambiental, o **turismo de natureza**, o património cultural e os sítios classificados – Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Geoparque, etc. – marcam presença nesta oferta educativa, em virtude da sua especial relevância na RAA (EPA).

Os Projetos LIFE coordenados pela DRA, designadamente *LIFE IP Azores Natura*, *LIFE Vidalia* e *LIFE Beetles*, integram a oferta educativa, com o objetivo de envolver a população escolar nas atividades de conservação previstas e difundir a importância da gestão e conservação da biodiversidade e do nosso património natural (EPA).

O Programa Vigilante da Natureza Júnior dos Açores, visa fomentar o interesse e a participação na preservação do património natural dos jovens açorianos (EPA).

Estes programas materializam os objetivos do PRESAA, nomeadamente o Objetivo Estratégico 3 – Educação Formal, e concretamente os seus objetivos específicos [1 e 2] e metas [9, 11 e 13] expostos nos quadros 6 e 7 deste trabalho.

2.2. PNEF: Programas Nacionais de Educação Física

O Programa Nacional está organizado como um projeto curricular aberto e dinâmico, cuja estrutura e opções estratégicas vieram, mais tarde [D.L. n.º 6/01 e D. L. n.º 7/01. de 16 de Janeiro de 2001], a ser assumidas ao nível das orientações de política educativa (CNAPEF, 2002). A sua atual lógica conceptual e modelo curricular são fundamentados num processo partilhado entre o Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF) e a Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), profissionais e especialistas da área, e escolas, respeitando as orientações emanadas de Congressos Nacionais de EF (SPEF e CNAPEF, 2015).

Este processo de revisão curricular veio trazer uma oportunidade de melhorar o estatuto curricular da EF e o seu próprio programa nacional, estando, hoje, instituída como Área [e não apenas como disciplina] no 2º Ciclo e no 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB), ficando, assim, o seu carácter eclético e multidisciplinar legalmente estabelecido. Por forma a generalizar a aplicação dos PNEF e a sua compreensão, a equipa de revisão dos programas procurou aperfeiçoá-los “*atualizando as especificações das matérias e composição curricular, mas principalmente, melhorando as orientações metodológicas*”

do programa e a definição da avaliação dos alunos, estabelecendo um critério claro de sucesso, válido e adaptável para o conjunto das escolas” (CNAPEF, 2002).

Cabe a todos nós nas escolas, na gestão escolar e na formação, corresponder às novas possibilidades do sistema e currículo escolar, para qualificar as experiências de aprendizagem dos alunos. O fundamental dos PNEF são as suas Finalidades e os objetivos de ciclo, isto é, as competências que as escolas devem seguir tendo em vista o desenvolvimento dos seus alunos, através da aplicação dos objetivos específicos de cada matéria/ano. O modelo dos PNEF define os pontos fundamentais do sucesso em EF a nível geral e plurianual [competências gerais / objetivos de ciclo] e disponibiliza, aos professores, um instrumento de decisão e coordenação pedagógica – os «mapas» pormenorizados das diversas aprendizagens dos alunos [matérias], orientações metodológicas e regras de avaliação, de forma a promover uma dinâmica de decisão curricular nas escolas, no quadro da descentralização e da autonomia.

Devemos ser capazes de destacar a especificidade da EF nas suas **valências** próprias, de modo a que todos os responsáveis, nos órgãos de gestão e nas estruturas de orientação educativa, compreendam que a EF, como [atividade física regular, eclética e inclusiva], vale pela sua influência direta sobre a saúde; pelas competências sociais; e pelo modelo pedagógico centrado nas experiências práticas dos alunos, em que impera o raciocínio, a cooperação e a resolução de problemas complexos.

Os PNEF atuais permitem aos profissionais ter uma referência Nacional sobre o enquadramento das atividades motoras na escola, desde o primeiro ano do 1º CEB até ao 12º ano do ES. Permitem a adequação dos programas às condições existentes no seu local de trabalho e baseiam-se numa conceção de participação dos alunos definida em quatro princípios fundamentais:

1. A **garantia de atividade física** corretamente motivada, qualitativamente adequada e em quantidade suficiente, de aperfeiçoamento pessoal e dos companheiros, e numa perspetiva de educação para a saúde;
2. A promoção da **autonomia**, pela atribuição, reconhecimento e exigência de responsabilidades que podem ser assumidas pelos alunos, na resolução dos problemas de organização das atividades e de tratamento das matérias;

3. A **valorização da criatividade**, pela promoção e aceitação da iniciativa dos alunos, orientando-a para a elevação da qualidade do seu empenho e dos efeitos positivos das atividades;
4. A orientação da **sociabilidade** no sentido de uma cooperação efetiva entre os alunos, associando-a à melhoria da qualidade das prestações e ao clima relacional favorável ao aperfeiçoamento pessoal e ao prazer proporcionado pelas atividades.

2.2.1. Finalidades PNEF – Ensino Básico e Ensino Secundário

Nos quadros seguintes seguem-se um conjunto de finalidades – Aptidão Física, Atividades Físicas e dos Conhecimentos, orientadoras de todo o plano curricular que garante o equilíbrio e interdependência quer entre os diversos anos, quer dentro de cada ano e ciclo de escolaridade e que, sendo diferentes no ensino básico (EB) e no ensino secundário (ES), assumem uma relação de complementaridade

FINALIDADES - APTIDÃO FÍSICA	
ENSINO BÁSICO	Na perspetiva da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar:
	<u>Melhorar</u> a aptidão física, elevando as capacidades físicas de modo harmonioso e adequado às necessidades de desenvolvimento do aluno <u>Promover</u> a aprendizagem de conhecimentos relativos aos processos de elevação e manutenção das capacidades físicas.
ENSINO SECUNDÁRIO	Visando a aptidão física, na perspetiva da melhoria da qualidade de vida, saúde e bem estar:
	<u>Consolidar</u> e <u>aprofundar</u> os conhecimentos e competências práticas relativos aos processos de elevação e manutenção das capacidades motoras Alargar os limites dos rendimentos energético-funcional e sensório-motor, em trabalho muscular diversificado, nas correspondentes variações de duração, intensidade e complexidade.

Quadro 8 – Finalidades de Aptidão Física (adaptado de PNEF, 2001).

Neste quadro encontram-se percetíveis as diferenças entre o EB e o ES relativamente à aptidão física. Enquanto no EB as finalidades a alcançar são a promoção e a melhoria das capacidades, no ES elas passam a ser de consolidação e de desenvolvimento dessas mesmas capacidades, elevando a sua intensidade, complexidade e duração.

FINALIDADES – ATIVIDADES FÍSICAS	
ENSINO BÁSICO	Promover o gosto pela prática regular das atividades físicas e assegurar a compreensão da sua importância como fator de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social.
	Assegurar a aprendizagem de um conjunto de matérias representativas das diferentes AF, promovendo o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno, através da prática de:
	- atividades físicas desportivas nas suas dimensões técnica, tática, regulamentar e organizativa; - atividades físicas expressivas (danças), nas suas dimensões técnica, de composição e interpretação; - atividades físicas de exploração da Natureza, nas suas dimensões técnica, organizativa e ecológica - jogos tradicionais e populares
ENSINO SECUNDÁRIO	Reforçar o gosto pela prática regular das atividades físicas e aprofundar a compreensão da sua importância como fator de saúde ao longo da vida e componente da cultura, quer na dimensão individual, quer social.
	Assegurar o aperfeiçoamento dos jovens nas AF da sua preferência, de acordo com as suas características pessoais e motivações, através da formação específica e opcional, num conjunto de matérias que garanta o desenvolvimento multilateral e harmonioso da aptidão física, considerando nesse conjunto os diferentes tipos de AF
	- atividades físicas desportivas nas suas dimensões técnica, tática, regulamentar e organizativa; - atividades físicas expressivas (danças), nas suas dimensões técnica, de composição e interpretação; - atividades físicas de exploração da Natureza, nas suas dimensões técnica, organizativa e ecológica - jogos tradicionais e populares

Quadro 9 – Finalidades de Atividades Físicas (adaptado de PNEF, 2001).

No que concerne às atividades físicas, no EB pretende-se assegurar a sua aprendizagem para o desenvolvimento multilateral e harmonioso dos alunos, enquanto no ES pretende-se o aperfeiçoamento destas mesmas aprendizagens, tendo em consideração as opções e motivações dos alunos através de um regime de opções que não comprometa o ecletismo (ver quadro 11 - extensão da EF).

FINALIDADES – CONHECIMENTOS	
ENSINO BÁSICO	Promover a formação de hábitos, atitudes e conhecimentos relativos à interpretação e participação nas estruturas sociais, no seio dos quais se desenvolvem as atividades físicas, valorizando: - a iniciativa e a responsabilidade pessoal, a cooperação e a solidariedade; - a ética desportiva; - a higiene e a segurança pessoal e coletiva; - a consciência cívica na preservação de condições de realização das atividades físicas, em especial da qualidade do ambiente.
ENSINO SECUNDÁRIO	Favorecer a compreensão e aplicação dos princípios, processos e problemas de organização e participação nos diferentes tipos de atividades físicas, na perspetiva da animação cultural e da educação permanente, valorizando, designadamente: - a ética e o espírito desportivo; - a responsabilidade pessoal e coletiva, a cooperação e a solidariedade; - a consciência cívica na preservação das condições de realização das atividades físicas, em especial a qualidade do ambiente.

Quadro 10 – Finalidades de Conhecimentos (adaptado de PNEF, 2001).

Neste quadro encontram-se as diferenças entre o EB e o ES relativamente aos conhecimentos. Enquanto no EB as finalidades a alcançar são a promoção de hábitos atitudes e conhecimentos relacionados com estruturas sociais, relevando a iniciativa e a higiene, no ES elas passam a ser de compreensão e aplicação, dos mesmos hábitos atitudes e conhecimentos, numa perspetiva de educação permanente.

O quadro seguinte sintetiza a extensão curricular da EF e ilustra bem a importância que o ecletismo, relativamente às atividades físicas, assume na EF escolar.

1. ATIVIDADES FISICAS DESPORTIVAS							2. ATIVIDADES RITMICAS EXPRESSIVAS	3. JOGOS TRADIC. POPULARES	4. ATIVIDADES EXPLORAÇÃO NATUREZA
Jogos desportivos Coletivos	Ginástica	Atletismo	Raquetas	Combate	Patinagem	Natação			
Futebol Voleibol Basquetebol Andebol Corfebol Râguebi Hóquei em campo Softebol/Basebol	Solo Aparelhos Rítmica Acrobática	Corridas Saltos Lançam.	Badminton Ténis Ténis de Mesa	Luta Judo	Patin. Art. Hóquei Corridas	Natação	Dança Moderna. Dança Trad. Port. Danças Sociais Aeróbica	Infantis Outros	Orientação Montanhismo Escalada Vela Canoagem etc.
A. DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES MOTORAS CONDICIONAIS E COORDENATIVAS									
B. APRENDIZAGEM DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO FÍSICA									
C. APRENDIZAGEM DOS CONHECIMENTOS RELATIVOS À INTERPRETAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS ESTRUTURAS E FENÓMENOS SOCIAIS, EXTRA-ESCOLARES NO SEIO DOS QUAIS SE REALIZAM AS ACTIVIDADES FISICAS									

Quadro 11 – Extensão da EF (adaptado de PNEF, 2001).

2.2.2. Objetivos Gerais PNEF – Ensino Básico e Ensino Secundário

O conjunto dos objetivos de ciclo sintetiza as competências a desenvolver em cada ano e aparece organizado em subconjuntos: um que traduz os objetivos transversais a todas as áreas e atividades da EF; outro que se refere às áreas e subáreas que se consideram obrigatórias no currículo, e outro relativo às áreas e subáreas de opção dos alunos do 11º e 12º anos.

– **Competências / Objetivos comuns a todas as áreas:**

-
1. Participar ativamente em todas as situações e procurar o êxito pessoal e do grupo:
 - relacionando-se com cordialidade e respeito pelos seus companheiros, quer no papel de parceiros quer no de adversários;
 - interessando-se e apoiando os esforços dos companheiros com oportunidade, promovendo a ajuda mútua para favorecer o aperfeiçoamento e satisfação própria e do(s) outro(s);
 - cooperando nas situações de aprendizagem e de organização, escolhendo as ações favoráveis ao êxito, segurança e bom ambiente relacional na atividade da turma;
 - apresentando iniciativas e propostas pessoais de desenvolvimento da atividade individual e do grupo, considerando as que são apresentadas pelos companheiros com interesse e objetividade;
 - assumindo compromissos e responsabilidades de organização e preparação das atividades individuais e/ou de grupo, cumprindo com empenho e brio as tarefas inerentes;
 - combinando com os companheiros decisões e tarefas de grupo com equidade e respeito pelas exigências e possibilidades individuais.
 2. Analisar e interpretar a realização das atividades físicas selecionadas, aplicando os conhecimentos sobre técnica, organização e participação, ética desportiva, etc.
 3. Interpretar crítica e corretamente os acontecimentos no universo das atividades físicas, interpretando a sua prática e respetivas condições como fatores de elevação cultural dos praticantes e da comunidade em geral.
-

4. Identificar e interpretar os fenómenos da industrialização, urbanismo e poluição como fatores limitativos das possibilidades de prática das atividades físicas e da aptidão física e da saúde das populações.
 5. Conhecer e interpretar os fatores de saúde e risco associados à prática das atividades físicas e aplicar as regras de higiene e de segurança.
 6. Conhecer e aplicar diversos processos de elevação e manutenção da condição física de uma forma autónoma no seu quotidiano, na perspetiva da saúde, qualidade de vida e bem-estar.
 7. Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas gerais, particularmente de resistência geral de longa e média durações, da força resistente, da força rápida, da flexibilidade, da velocidade de reação simples e complexa, de execução, de deslocamento e de resistência, e das destrezas geral e específica.
-

– Competências [por áreas] / Objetivos das áreas obrigatórias:

8. Cooperar com os companheiros para o alcance do objetivo dos Jogos Desportivos Coletivos, realizando com oportunidade e correção as ações técnico-táticas [elementares], em todas as funções, conforme a posição em cada fase do jogo, aplicando as regras, não só como jogador mas também como árbitro..
 9. Compor, realizar e analisar [as destrezas elementares de acrobacia, dos saltos, do solo e dos outros aparelhos] em esquemas individuais e em grupo da Ginástica (Acrobática, Solo, Aparelhos ou Rítmica), aplicando os critérios de correção técnica, expressão e combinação das destrezas, e apreciando os esquemas de acordo com esses critérios.
 10. Realizar e analisar provas combinadas do Atletismo (saltos, lançamentos, corridas e marcha) em equipa, cumprindo corretamente as exigências [elementares] técnicas e do regulamento, não só como praticante, mas também como juiz
 11. Apreciar, compor e realizar sequências de elementos técnicos [elementares] da Dança em coreografias individuais e de grupo, correspondendo aos critérios de expressividade, de acordo com os motivos das composições.
-

12. Realizar com oportunidade e correção as ações técnico-táticas [elementares] de Jogos de Raquetas, garantindo a iniciativa e ofensividade em participações individuais e a pares, aplicando as regras não só como jogador, mas também como árbitro.
13. Realizar com oportunidade e correção as ações do domínio de oposição em [atividade de combate, utilizando as técnicas elementares de projeção e controlo] Jogo formal de Luta ou Judo, utilizando as técnicas de projeção e controlo, com oportunidade e segurança (própria e do opositor) e aplicando as regras, quer como executante quer como árbitro.
14. Utilizar adequadamente os patins, em combinações de deslocamentos e paragens, com equilíbrio e segurança, [realizando as ações técnico-táticas elementares em jogo e as ações de composições rítmicas «individuais» e «a pares»] em composições rítmicas individuais e a pares (Patinagem Artística), cooperando com os companheiros nas ações técnico-táticas em jogo de Hóquei em Patins, ou em situação de Corrida de Patins.
15. Praticar [e conhecer] jogos tradicionais populares de acordo com os padrões culturais característicos.
16. Realizar [percursos de nível elementar, utilizando técnicas de orientação] atividades de exploração da Natureza, aplicando correta e adequadamente as técnicas específicas, respeitando as regras de organização, participação e especialmente de preservação da qualidade do ambiente
17. Deslocar-se com segurança no meio aquático, coordenando a respiração com as ações propulsivas específicas das técnicas seleccionadas.

Os objetivos 12 a 17 correspondem ao ES, nomeadamente a objetivos das áreas de opção.

De acordo com o referido na última revisão curricular do ensino secundário, “(...) a *selecção de objectivos específicos e a aplicação dos processos formativos, de aprendizagem e treino, são objecto de deliberação pedagógica ao nível da realidade educativa concreta, cujas limitações e possibilidades particulares só podem ser apreciadas pelo próprio professor, (...) Em cada escola, o grupo de EF e os professores estabeleçam um quadro diferenciado de objectivos, com base na avaliação formativa, peça metodológica fundamental para a adequabilidade dos programas a cada realidade particular.*” (Jacinto, 2001, citado por Camarinha, 2010).

O programa apresenta uma estrutura coerente, mas diferenciada de organização (em sentido vertical) do curso de EF apresentando um bloco estratégico, do 5.º aos 9.º anos, que estabelece a sequência das atividades e conquistas realizadas no 1.º ciclo. Desta forma, aborda-se o conjunto de matérias de EF [toda a «extensão»], antecipando o modelo flexível, de opções dos alunos ou turmas, preconizado para o ensino secundário. NO **1.º ciclo**, estabelece-se a formação das competências fundamentais em cada área da EF, através de formas típicas de infância (atividades lúdicas e expressivas infantis), que favoreçam o desenvolvimento nos domínios social e moral, e também para as atividades físicas características das etapas seguintes.

O **5.º ano** será dedicado à revisão das matérias, aperfeiçoamento e/ou recuperação dos alunos, tendo por referência a realização equilibrada e completa do conjunto de competências previstas para o 2.º ciclo. O **9.º ano** cumpre a mesma função em relação ao 3º ciclo, além de assegurar as bases de desenvolvimento posterior. No secundário, o **10.º ano** terá, predominantemente, o carácter de revisões/reforço, no sentido de os alunos não só poderem avançar em determinadas matérias (ou experimentar atividades alternativas), mas também para compensar ou recuperar os alunos/turmas em áreas em que revelam mais dificuldades. E finalmente, nos **11.º e 12.º anos** admite-se, como regra geral, a escolha dos alunos/turma pelas matérias em que preferirem aperfeiçoar-se, sem se perder a variedade e a possibilidade de desenvolvimento ou «redescoberta» de outras atividades, dimensões ou áreas da EF.

Para Carvalho (1995), *“a escola tem que renovar a sua oferta de actividades, em primeiro lugar para a tornar aprazível e ganhar adeptos entre os menos dotados e os que se identificam com os «desportos tradicionais»; em segundo lugar como meio de potencializar a ocupação dos tempos livres e por este meio, combater comportamentos desviantes”*. Por outro lado, *“a escola deve ir também ao encontro das modas, mesmo efémeras, porque são elas que melhor cativam a juventude, podendo contribuir de forma significativa para a aquisição de verdadeiros hábitos desportivos. As modalidades alternativas (...) devem perder o seu estatuto secundário no planeamento das actividades”* (Pires, 2000, citado por Camarinha, 2010). A forma como se gere a prática nas aulas curriculares, não pode ficar indiferente a outras organizadas pela escola e pelo meio onde se insere, de modo a se complementarem, como se pretende, no sentido do seu desenvolvimento.

2.2.3. (Opções de) Organização Curricular e Orientação Metodológica

No que diz respeito às condições de aplicação dos programas e do seu desenvolvimento, temos de assumir uma lógica que aponte o desenvolvimento dos alunos e o desenvolvimento da EF Escolar. Assim sendo, temos de incluir intenções educativas que valorizem a área da EF na formação dos jovens, bem como as condições necessárias para que os Objetivos e Finalidades da EF sejam assumidos pela Comunidade Educativa e pelos órgãos de gestão e de coordenação pedagógica, como referência e critérios de sucesso educativo.

“(...) o quadro de autonomia das escolas, reforça e amplia a possibilidade (já prevista na concepção do programa de EF), de incluir no currículo de EF matérias “alternativas” de acordo com as características da população escolar, o meio onde a escola se insere e os recursos disponíveis na comunidade educativa. “

- PNEF, 2001

Desde que estejam asseguradas, pelo sistema educativo, as condições essenciais de realização da EF na escola (recursos temporais, materiais e formação de professores), a exequibilidade deste programa depende da capacidade de mobilização do departamento de EF e respetivos professores em torno dos objetivos da disciplina. Como se sabe, o desenvolvimento da autonomia da escola convida à participação de todos os intervenientes, em todas as decisões que lhe são subsequentes e que garantem a realização das orientações explanadas no PNEF. Assim, sugere-se a **inclusão**:

- ao nível do **Currículo dos alunos**, de componentes regionais e locais respeitando os focos essenciais definidos a nível nacional;
- ao nível do **Projeto Educativo** e no **Projeto Curricular de Escola**, de propostas e/ou atividades que valorizem a área da EF na formação dos alunos;
- no **Currículo de EF**, de matérias “alternativas” de acordo com as características da população escolar, o meio onde a escola se insere e os recursos disponíveis na comunidade educativa;
- ao nível de **recursos humanos [Departamento de EF]**, de propostas para o plano de formação da escola, ajustadas às necessidades e prioridades identificadas, valorizando a formação recíproca, nomeadamente através da promoção de encontros de apresentação e análise de experiências pedagógicas significativas.

- ao nível de **fenómenos sociais extraescolares**, de trabalhos de projeto e trabalhos de grupo, nomeadamente na resolução de problemas colocados pelo professor, como forma dos alunos se apropriarem dos conhecimentos em causa, sem prejuízo da atividade física.

Estas sugestões visam reforçar o estatuto da área da EF nas escolas, bem como promover uma organização pedagógica adequada das atividades em EF, as quais são, na realidade, frequentemente limitadas pelas reduzidas possibilidades de prática de matérias diferentes, que a maior parte dos espaços de aula oferece. A inclusão de algumas destas sugestões pode, de modo pedagógico, «contornar» algumas destas condicionantes e ao mesmo tempo dinamizar a disciplina relacionando-a com outras áreas necessárias. Desta forma, a EF escolar poderá, com carácter nuclear, introduzir temáticas que, tem aparecido apenas esporadicamente nos planos das escolas e no currículo dos alunos, como a EA, e assim ampliar, significativamente a sua extensão e os seus benefícios, promovendo, em simultâneo, uma consciência cívica na preservação de condições de realização das atividades físicas, **em especial da qualidade do ambiente**.

Capítulo 3 – A (oportuna) Solução (?)

Darido et al. (2001) fez um estudo que envolveu a Educação Física (EF) e a formação do cidadão abordando a necessidade de temas transversais na escola e principalmente na prática do professor possibilitando o desenvolvimento de habilidades, valores e conhecimentos ambientais. Assim, *“(...) o mesmo referencial capaz de trazer esclarecimentos sobre o relacionamento entre a sociedade e a natureza, traz também contribuições para o entendimento da relevância da Educação Física como parte integrante da escola, para trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos, no sentido da construção de comportamentos “ambientalmente corretos”* (Inácio, Moraes e Silveira, 2013).

Nessa perspetiva de objetivar a importância da EF na contribuição para a formação de indivíduos com uma consciência ambiental e preocupação para com o meio ambiente, entende-se a necessidade de uma análise mais aprofundada das questões ambientais com as diversas práticas corporais exploradas pela EF.

Na opinião de Schmidt et al. (2010), referenciado por Costa (2019), a Educação Ambiental (EA) a nível formal, nas escolas, não é implementada de forma correta no nosso país, sendo caracterizada por um empreendimento educativo de orientação mais «vertical» do que «transversal». A mesma autora identifica algumas lacunas na EA, nomeadamente o facto de decorrer essencialmente no seio da escola, não envolvendo a comunidade escolar nem a comunidade em que a escola integra, sendo que a maioria dos projetos têm, com efeito, um âmbito meramente local, e por vezes apenas pontual. As escolas devem ser locais promotores de sustentabilidade, pioneiras em exemplo vivo, na aplicação de boas práticas ambientais, para que as novas gerações aprendam a criar e a viver numa economia sustentável, onde os cidadãos se dispõem a agir de modo responsável, porque simplesmente assim o desejam como virtude.

É urgente a consciência de uma educação para um estilo de vida ativo no sentido de promover a saúde pública e, no contexto escolar, a EF representa uma ferramenta educacional fundamental. A AF representa um aspeto biológico e cultural do comportamento humano, importante para a saúde e o bem-estar de todas as pessoas, em todas as idades, devendo ser considerada como componente curricular relevante da EF nas escolas. Um caminho interessante para que o professor de EF possa participar da construção da imagem corporal de seu aluno e da aquisição de valores pautados no

respeito, é por meio da temática transversal EA. Esta temática pode enriquecer os conteúdos de EF, proporcionando aos alunos a vivência de diferentes tarefas, bem como a reflexão do corpo enquanto primeiro ambiente. A relação estabelecida entre corpo e ambiente, através das tarefas, pode suscitar o entendimento e a apropriação do cuidado que devemos ter para com o nosso corpo. Assim, a AF praticada nas aulas de EF deve auxiliar os adolescentes a entenderem o processo de modificação corporal. E muitos adolescentes praticam desporto somente na escola. Nesse cenário, a atuação do professor de EF na escola é de grande relevância, pois a aula poderá promover o encontro do aluno com ele mesmo, e com o mundo. A relação da EA com a EF pode ampliar a compreensão dos alunos a respeito das modificações corporais, promovendo segurança e tranquilidade na escolha dos valores que subsidiarão suas vidas (Oliveira e Alvim, 2009).

Tahara, Dias e Schwartz (2006) esperam que o potencial educativo e transformador das Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) seja utilizado para a sensibilização dos problemas ambientais e que promova uma visão crítica, não permitindo que as vivências em meio natural possam concorrer para o desequilíbrio da natureza. Nesse sentido, Bahia e Sampaio (2007), acrescentam que as atitudes adotadas pelos praticantes de desportos de aventura podem servir de exemplo de intervenção qualificada, não apenas para as praticas individuais, com também pelo poder publico e privado, no que diz respeito a novas atitudes reguladas em princípios de convivência critica e sustentável entre sociedade e natureza.

Segundo Abreu (2010), através das experiencias realizadas em meio natural, o trabalho pedagógico, transversal e interdisciplinar, entre a EF e a temática ambiental, pode “(...) *efetivamente, contribuir para o despertar de uma sensibilidade e de uma responsabilidade ambiental coletiva, contribuindo, até mesmo, para impulsionar o estabelecimento de políticas em níveis local e global*”. Realmente, as praticas realizadas em meio natural podem proporcionar uma reaproximação dos seres humanos com o meio natural, oferecendo a realização de possibilidades motoras não previstas, que facilitam a interação do indivíduo com a natureza, utilizando todas as suas capacidades motoras, o conhecimento dos recursos ambientais e o prazer de desfrutar do contexto ambiental, por meio de atividades - previstas no PNEF como matérias alternativas, terrestres e até aquáticas, como jogos, corridas de aventura, campismo, caminhadas, ciclocrosse/cicloturismo, canoagem, etc.

A intenção é contribuir para a construção de elementos teórico-metodológicos - ou de outro caminho para a EF, tendo a temática ambiental como um eixo transversal. A EF escolar pode e deve continuar a trabalhar os seus conteúdos tradicionais, como os jogos desportivos coletivos, a ginástica, as lutas e atletismo. Mas pode também, além disso, incluir práticas de exploração da natureza como parte da experiência pedagógica, o que contribui para uma formação humana mais ampliada. Desta forma, colabora, também, para o debate de questões fundamentais referentes à crise socio ambiental, contrapondo-se a uma perspetiva reducionista da EF que ainda prevalece na disciplina atualmente. A experiência pedagógica junto à natureza promove uma educação mais aberta e mais participada, ampliando a percepção e imaginação, acerca do mundo, por parte dos nossos alunos.

São várias as atividades que se podem desenvolver durante as aulas de EF com o intuito de abordar e/ou sensibilizar os alunos para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável, dependendo do carácter das mesmas. Alguns exemplos são: jogos (futebol, andebol, entre outros, em recursos naturais), desportos de Natureza (canoagem, surf, caminhadas, orientação, entre outros), atividades de aventura em espaço próprio (*peddy papers*, manobras de corda, entre outros), etc.

3.1. Educação: Física e Ambiental

De acordo com a perspetiva de Brás e Bom (2002), a EF apresenta como objetivo o desenvolvimento do indivíduo ao nível da prática educativa das atividades físicas, tanto como processo pessoal como processo social. Contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. As atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde, são também parte integrante da Educação Física (Matos, 2000, referenciado por Cerqueira, 2017).

Nesta perspetiva, Cerqueira (2017) refere que se torna possível e recomendável unir e abordar a EA em conjunto com a EF devido à «urgente» necessidade de motivar e sensibilizar as pessoas, neste caso os alunos, para transformar as suas formas de participação na defesa da qualidade de vida. A relação entre EA e EF deve ser de cooperação e colaboração e terá de ser entendida como uma «ferramenta» para moldar comportamentos e interesses de grupos sociais para a construção destas mesmas

transformações. Desta forma, promove-se uma autonomia para uma vida plena, modificando (individualmente), pela ação conjunta, as transformações estruturais, num determinado complexo de relações entre o mundo natural e o ser vivo [ambiente].

Para Bahia (2005), o estudo da EA deve proporcionar um novo olhar, tanto para o meio ambiente, como para o próprio homem. Deve contemplar uma reestruturação de conceitos, uma maneira nova de pensar e agir em relação ao meio. A EF permite um campo de atuação nessa área, principalmente no que diz respeito às atividades de exploração da natureza, pois as experiências, vividas através destas práticas, podem ser uma oportunidade para o surgimento de novas atitudes e sentimentos, podendo unir as vivências corporais e o respeito pelo Meio Ambiente (Lucentini, s/d).

A EF tem por base a aprendizagem pela experiência, pelo «fazer» de forma consciente. Somente através da prática efetiva, é que os conhecimentos persistem. O processo educacional da EA ocorre através da relação teoria/prática, em que os conhecimentos adquiridos devem ter ação direta na vida social. Assim, a EF e o Meio Ambiente possuem o mesmo princípio de atuação, e, portanto, parece coerente uni-los num trabalho pedagógico, transversal e interdisciplinar nas escolas.

Rodrigues (2007), apoiado em Sampaio (2006), defende que as motivações para abordar a EA como tema transversal na escola, são ainda mais significativas na EF, pois *“dizem respeito ao núcleo fundamental dessa área que se ocupa da corporeidade em movimento dinâmico, portanto sem possibilidade de estar desvinculada do todo ecossistêmico que constitui e pelo qual é constituída”*. O mesmo autor sugere que a abordagem mais utilizada na EF *“tem uma visão «preservacionista» - apoiada em atividades de contato com a natureza [vista como «meio natural» ou «original», externo ao ser humano], como, por exemplo, as práticas de «desportos radicais» ou «desportos na natureza» e as atividades de sensibilização pelo meio. Espera-se por meio dessas práticas que, pelo contato com a natureza, o indivíduo crie uma consciência de preservação pelo meio, protegendo o lugar onde desenvolve suas práticas esportivas ou de lazer”*. Há realmente uma probabilidade grande disso ocorrer, porém essa abordagem é relativamente simplista comparada às possibilidades mais críticas de aplicação desse tema transversal na EF. Consequentemente, o indivíduo vivencia essas práticas como uma fuga de sua realidade, desprezando o maior potencial dessa atividade - a possibilidade de reconhecer-se enquanto natureza e de incorporar os valores da EA para seu cotidiano urbano.

Numa perspetiva de EA - existir no mundo enquanto natureza, a EF tem uma enorme contribuição para dar, nomeadamente na construção da cultura corporal, para a formação de valores, para a mobilização dos desejos e para a construção da identidade. Citando Rodrigues (2007), *“Uma educação física que, sendo parte da construção da cultura corporal de um ser humano que é natureza, é ambiental”*. Nesse sentido, a relação entre EA e a EF deve ser vista como uma **sinergia** sustentada pela educação do corpo e pela experiência da vida diária, ou seja, uma *“(...) educação pelo viver, para a vida, mais significativa do que aprender sobre a natureza, é um aprender sendo, com os outros, natureza”* (Rodrigues, 2007).

3.1.1. O Corpo, a Atividade Física e o Ambiente

Na primeira parte deste trabalho, referiu-se que o homem estabelecia uma relação intrínseca com a natureza e que sofre impactos ambientais e os realiza. É importante que o Homem perceba que é parte efetiva desta mesma natureza/ambiente, e que por inerência, é possível refletir a respeito destas interferências como impactos que provocamos em nosso próprio corpo.

Importa refletir numa relação entre AF e Ambiente, pois existe a possibilidade de refletir o corpo em determinado ambiente, e consequentemente abordar a EA e trabalhá-la nas aulas de EF. Abordou-se o Ambiente, a EA e analisou-se as orientações e documentos do sector educativo. Agora, é o momento de refletir acerca da urgência de trabalhar a EA nas aulas de EF, focando o corpo como condição desse trabalho.

“Educação Física ao atuar no corpo, corpo este inserido e estimulado pelo ambiente, torna-se uma grande aliada no tocante à Educação Ambiental. Por trabalhar com o corpo, a Educação Física tem condições de tornar a Educação Ambiental um processo mais ampliado da consciência da sensibilidade desse corpo/natureza. Consciência que não passa apenas pela informação, mas que se amplia a aspectos do sensível e da participação, influenciada diretamente no modo como o indivíduo se relaciona com a natureza”

- Melo & Almeida, 2007 in: *Educação Ambiental e Educação Física: uma relação possível e imprescindível*. Oliveira e Alvim, 2009

Rodrigues (2007) citando Freire (2000), afirma que *“o ser humano não está na natureza, é natureza, a educação ambiental começa nas relações imbuídas na educação corporal, relações pela qual o ser humano deve ultrapassar o viver, deve existir, que é mais do que estar no mundo, é estar com ele (...)”*. Para reforçar esta ideia cita Sampaio, dizendo que *“o primeiro ambiente no qual vivemos é nossa corporeidade e a partir dela fazemos nossa experiência de ser no mundo”*. Se o ser humano vive uma crise ambiental contemporânea, então está evidente também nesse primeiro ambiente, o seu **corpo**.

Os alunos ao longo do seu período escolar, inevitavelmente, passam por mudanças corporais, principalmente entre os 12 e os 15 anos de idade, cuja fase do desenvolvimento humano é caracterizada por mudanças corporais significativas. As mudanças biológicas da puberdade - fim da infância, resultam, no rápido crescimento em altura e peso, mudanças nas proporções e formas do corpo e chegada da maturidade sexual. Nesta fase da adolescência, uma das problemáticas é o conflito de afirmação de identidade e um desejo irresistível de ser exatamente como seus amigos ou amigas. Nesse período, é importante que o adolescente receba informações dos pais, professores e outros profissionais, onde o professor de EF, nas escolas, pode ter um papel preponderante, devendo apoiar e informar seus alunos a viver a “metamorfose” corporal, através de uma relação de confiança. O professor de EF deve, então, usufruir de todas as possibilidades da AF, do desporto e dos temas transversais, em destaque a EA, para oferecer aos alunos um ambiente propício de construção da identidade. Além disso, o professor de EF participa da «intimidade» do aluno, pois lida com o corpo do aluno. Essa condição é extremamente séria e carece de profissionais cientes do compromisso para com a educação, e para com a pessoa humana. Infelizmente, vivemos num tempo em que o corpo é sinónimo de aparência e a imagem é fundamental. A AF é utilizada, por muitos, para atingir os padrões estéticos que a sociedade indica como aceites. A ser verdade que estes padrões estão inseridos de uma forma tão vincada nos valores da nossa sociedade, provavelmente caberá à EF inculcar e proporcionar experiências que levem à aquisição de um estilo de vida, que permita a apropriação de uma imagem corporal naturalmente saudável e atlética. Nesta perspetiva, a EF tem um papel prático nos ganhos de competências físicas, e principalmente, na consciencialização dos jovens para os perigos desta imagem se tornar obsessiva ou compulsiva. E é na escola que essa “corporização” acontece, sendo particularmente vivida ao longo dos diversos anos da EF (Oliveira e Alvim, 2009).

Abreu e Carneiro (2018), defendem que a EF deve proporcionar experiências às crianças, desde cedo, de modo a terem consciência do próprio corpo e das possibilidades de movimento, sozinhas e com os colegas, tendo em conta os seus ambientes de vida. Segundo estes autores, as práticas pedagógicas dos professores de EF e neste caso de Expressão Motora [1º ciclo] podem ser orientadas por três categorias de experiências corporais [Quadro x], com a finalidade de sensibilizar as crianças em relação às questões do meio ambiente e iniciar o processo de formação socio ambiental cidadã, desde o pré-escolar.

EXPERIÊNCIAS CORPORAIS	Observação e exploração dos ambientes de vida	Lúdicas nos ambientes de vida	Relações com o eu e o outro nos ambientes de vida
FINALIDADE	Educação dos sentidos: olhar e enxergar; ouvir e escutar; e sentir	Educação com liberdade para brincar.	Educação da sensibilidade aos cuidados para consigo, com os demais e o Planeta.
VISÃO DE CRIANÇA	Criança enquanto detetive da natureza	Criança como ser brincante na natureza.	Criança como ser integrante da natureza.

Quadro 12 - Síntese das categorias de experiências corporais na educação física: formação socio ambiental cidadã na educação infantil (Abreu e Carneiro, 2018).

Apresentam uma divisão em categorias como uma forma didática de salientar os tipos de experiências corporais propostas. Estas experiências estão interrelacionadas, ou seja, a criança ao observar e explorar os ambientes, estabelecerá interações com outros, numa relação lúdica, de acordo com essa faixa etária. Deve-se respeitar, portanto, o teor lúdico e criativo com que as crianças observam e exploram o ambiente, pela curiosidade e envolvimento que lhes é próprio, assim como o relacionar-se com adultos [pais, educadores, familiares etc.], com outras crianças [da mesma idade, mais novas ou mais velhas], com seres não-humanos [animais, plantas, areia, pedras etc.] e ambientes de vida [residência, parques, recreios, ringues, rua, bairro, etc.]. Primeiro é importante que os alunos tenham a compreensão de corpo, para então depois compreender a sua relação com a sociedade e com o meio, e as mudanças e transformações que esse sofre e causa. Só compreendendo as condições sociais que vivemos, a sua cultura, é que se consegue trabalhar as questões ambientais (Villela e Morais, s/d). Portanto a construção da imagem corporal e o trabalho feito pela educação

física voltado para a cultura corporal pode influenciar a percepção ambiental dos alunos, se for trabalhado corretamente.

Gonçalves (2001) referenciado por Neuenfeldt (2016), denomina de «descorporalização» o processo “(...) *que ao longo da evolução da civilização, o homem foi se tornando o mais independente possível da comunicação empática do seu corpo com o mundo*”. Dessa forma, há necessidade de uma verdadeira compreensão de corpo como um lugar de aprendizagem. Essa compreensão é fundamental para propor a EA articulada com a EF, pois enquanto um campo de atuação profissional, a EF pode contribuir com ações ambientais, que alterem a relação entre o ser humano e natureza. Assim, devemos pensar o corpo como um «lugar» onde a experiência pode ocorrer, a fim de contribuir com os processos de EA e criar um elo com a EF.

Também, Merleau-Ponty (2006), acredita que temos consciência do mundo através do nosso corpo. Dessa forma, ao experimentar as vivências nas aulas de EF em relação ao cuidado e respeito para com o próprio corpo, e conseqüentemente para com o ambiente, estaremos adquirindo um comportamento diferenciado na relação com o ambiente em que vivemos, o qual deverá acompanhará o aluno ao longo da sua vida (Oliveira e Alvim, 2009).

De acordo com Vargas e Tavares (2004), o meio natural apresenta-se como local de grande interesse por parte dos alunos na medida em que são realizadas atividades como limpeza na comunidade, áreas naturais e no próprio espaço da EF, além do cuidado e preservação das áreas desportivas e cuidados com higiene pessoal e com o vestuário, assim como da escola. Uma possibilidade de aproximação da EF escolar com o meio ambiente é através de Atividades Físicas de Aventura na Natureza [AFAN]. Schwartz (2006) menciona que “*entre as possibilidades de vivência do lazer contemporâneo, identifica-se a necessidade do reencontro do homem consigo mesmo, com o outro e com a natureza, propiciadas pelas AFAN*” (Neuenfeldt, 2016). Também Guimarães et al (2007), defendem que a EF ao considerar AF e práticas de desportos em meio natural, além de ter uma relação muito forte com o corpo, cria afinidades com as perspectivas ambientais, de forma a contribuir para a formação crítica do indivíduo. Portanto o professor deve ter bases e conhecimento para aplicá-la (Villela e Moraes, s/d).

No sentido de enquadrar estas AF em meio natural, no contexto escolar, Bretán e Bretán (2006) apresentaram um estudo defendendo a incorporação das AFAN no contexto

educativo da Espanha, nomeadamente no ensino secundário obrigatório. A proposta atendia a quatro dimensões: a nível conceptual [teórica], a nível de procedimentos [atividades], de atitudes [prática dos conceitos teóricos] e estética [sentimentos, sensibilidade, prazer, satisfação e beleza]. A sua argumentação teve por base o fato destas práticas despertarem o interesse dos alunos, possibilitando experiências de sensações e emoções individuais que, partilhadas com o grupo, permitem realizar atividades interdisciplinares com outras matérias do currículo. Assim, essas atividades na natureza, além de conduzirem a novos padrões motores em contato com a natureza, favoreceriam a conscientização do aluno em relação ao meio natural, bem como, sua sensibilização em relação aos problemas do meio ambiente (Neuenfeldt, 2016).

Considerando que a prática confirma a apropriação do conteúdo ensinado, então entende-se que a experiência adquirida e apropriada pelo corpo nas aulas de EF certificam as aquisições de hábitos e comportamentos do dia a dia. Assim, trabalhando a EA nas aulas de EF teremos uma enorme possibilidade de oferecer aos alunos a apropriação do corpo enquanto ambiente, ou seja, compreensão do próprio corpo

Villela e Morais (s/d) destacam o Coletivo de Autores (1992) que afirmou que a EF é uma prática pedagógica que aborda formas expressivas de atividades corporais [jogos, desportos, dança, etc]. Defendem que os conteúdos da EF devem questionar a realidade dos alunos por forma a procurar soluções. De encontro com a questões ambientais, o exemplo citado por Villela e Morais (s/d) é “*organizar atividades de lazer em áreas verdes*”. Esse exercício oferece aos alunos possibilidades de realizar, por exemplo, caminhadas recreativas, natação em rios, lagos, ou mar, montanhismo e outros. Dessa forma o desenvolvimento dessas atividades fazem com que o aluno seja confrontado com a devastação ou preservação do meio ambiente, transformação do meio pelo homem, utilização dos recursos naturais entre outros.

Domingues (2005) reconhece a necessidade de construir propostas para responder as problemáticas significativas relativas ao ser humano e meio ambiente através da cultura corporal. É necessário perceber que quando falamos de AF devemos reconhecer a dimensão que o desporto tem para a formação social e para a vida humana. A relação entre Meio Ambiente e AF e/ou desporto deve, portanto, ser entendida pelo seu reconhecimento enquanto manifestações da cultura. Trabalhar com a cultura corporal para a preservação da vida no planeta, significa trabalhar com o dia a dia das pessoas e oferecer a possibilidade de trabalhar numa lógica de valorização da liberdade,

companheirismo, a autogestão, a solidariedade, representando uma opção autônoma. É nas possibilidades de valorização das manifestações da cultura corporal que atividades como canoagem, natação, caminhadas, entre outras, têm sido valorizadas na consolidação de ações locais sem perder a noção geral que preserve o trabalho livre, a cultura local e a vida humana no planeta. Essa ação só é possível pelo trabalho pedagógico de professores, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula ensino, pesquisa e extensão sobre a Cultura Corporal e Meio Ambiente.

3.2. Educação Ambiental aplicada à Educação Física Escolar

Olhar o meio ambiente a partir das aulas da EF, torna-se delicado tanto pela abrangência do tema, quanto pela maioria dos professores, que não se sentem preparados para transmitir aos alunos tal conhecimento devido à falta de formação, abordando-o, muitas vezes, apenas superficialmente. De seguida apresenta-se propostas e perspectivas, que defendem a integração da EA na EF escolar, realçando a sensibilidade e a importância dos seus profissionais.

Segundo Darido et al. (2001) referenciado por Inácio et al. (2013), a EA é o processo de aproximação dos alunos com o meio ambiente. Por meio das aulas de EF, podemos estimular o interesse pelos valores da EA, promovendo o debate sobre a importância da relação entre o ser humano/natureza e enriquecendo a conscientização da preservação do meio ambiente. Pensar em EF e meio ambiente implica observar a relação homem e meio ambiente, onde as vivências corporais permitem a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e conceitos de corpo e mundo.

“O mesmo referencial capaz de trazer esclarecimentos sobre o relacionamento entre a sociedade e a natureza, traz também contribuições para o entendimento da relevância da Educação Física como parte integrante da escola, para trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos, no sentido da construção de comportamentos “ambientalmente corretos”.

- Darido et al, 2001, in: Educação Física e Educação Ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente - Inácio Moraes e Silveira, 2013.

Para que estes temas sejam abordados com qualidade, é necessário que os professores se sintam capazes de ministrar conteúdos que abordem a temática ambiental, no sentido de ampliar a visão de seus alunos, reforçando a importância do seu papel social.

Silva, Silva e Inácio (2008) citando Cornel (1997) destacam a importância do «*aprendizado sequencial*»³, por ser um sistema bastante flexível que proporciona liberdade de acordo com as necessidades do momento, sendo possível ser desenvolvido em qualquer lugar, ao ar livre, na sala de aula ou em diferentes áreas da vida pessoal. Salientam a importância desta teoria para abordar a temática ambiental nas aulas de EF, mencionando que “(...) *as pessoas participarão com mais entusiasmo de discussões sobre o aspecto científico e da ecologia se você primeiro ajudá-las a ficar receptivas e inspiradas*”. Para estes autores, a EF escolar pode e deve continuar a trabalhar os seus conteúdos tradicionais, como a dança, a ginástica, o desporto, as lutas e acrobacias. Mas pode, além disso, incluir as práticas corporais de aventura na natureza como parte da experiência pedagógica, contribuindo para com uma formação humana mais ampliada, contextualizando, assim, questões fundamentais frente à crise socio ambiental.

Rodrigues e Darido (2002) defendem que aproximar três realidades, a EF, o Meio Ambiente e a Escola, é fundamental para acompanhar a evolução da sociedade e das necessidades de educação. Neste sentido, apresentam alguns temas que podem abordar o meio ambiente nas aulas de EF, como mais um instrumento para enfrentar a realidade social. Alertam que, as orientações/propostas pedagógicas seguintes, só se tornarão viáveis, se os professores tiverem em consideração a realidade onde se encontram:

- Educação Física, lazer e meio ambiente: refletindo sobre a extinção ou privatização dos espaços públicos destinados as atividades de lazer e recreação. A cidadania pela EF, passa por discutir o lazer e a disponibilidade de espaços públicos para as práticas da cultura corporal de movimento. Os alunos podem compreender que os desportos e as atividades corporais não devem ser apenas privilégio dos desportistas profissionais ou das pessoas em condições de pagar ginásios ou *health clubs*. Dar valor e acesso a essas atividades à população em geral pode ser incentivado a partir de conhecimentos adquiridos nas aulas de EF;

³ Cornell (1997) apresenta uma teoria chamada de “aprendizado sequencial”, com ênfase no lúdico, com alternativas que visam a mudança do comportamento humano junto aos demais e a natureza.

- Espaços disponíveis para as aulas de Educação Física: analisando a inadequação do espaço físico dentro de escolas públicas para a prática de AF, refletindo sobre as questões da preservação e sua conservação, configura-se como mais uma possibilidade que pode ser trabalhada nas aulas de EF;
- Saúde e Meio Ambiente: A relação entre a saúde e o meio ambiente abre significativas possibilidades pedagógicas em aulas de EF e pode ser abordada como uma temática social. O conceito de saúde deve estar vinculado a uma política pública, direcionada a toda a população, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e educacionais, e a intervenção não esteja restrita a uma única ação (praticar AF). A EF pretende assegurar a autonomia necessária para os alunos agirem criticamente sobre os programas de saúde pública como também em qualquer vivência relacionada à cultura corporal de movimento;
- Desportos de aventura e o Meio Ambiente: refletindo sobre o desporto realizado na natureza, aproximando o indivíduo do meio ambiente, bem como sua interação com os elementos naturais (sol, vento, montanha, rios, vegetação densa ou desmatada, lua, chuva, tempestade, respeito e preservação).

Na perspectiva de Vargas e Tavares (2204), esquematizado na figura abaixo (figura 3), a relação do Homem com o ambiente deve ser realizada a partir de uma leitura crítica do meio envolvente, caracterizada por um **pensar global** sobre as problemáticas ambientais a partir da ação local. Este pensamento deve considerar os recursos naturais de nosso planeta, e de forma solidaria, a partir de uma nova **ética**, sensibilizadora e transformadora para as relações integradas homem/sociedade/meio ambiente, privilegiando o alcance de uma **melhor qualidade de vida** para todos os seres deste planeta.

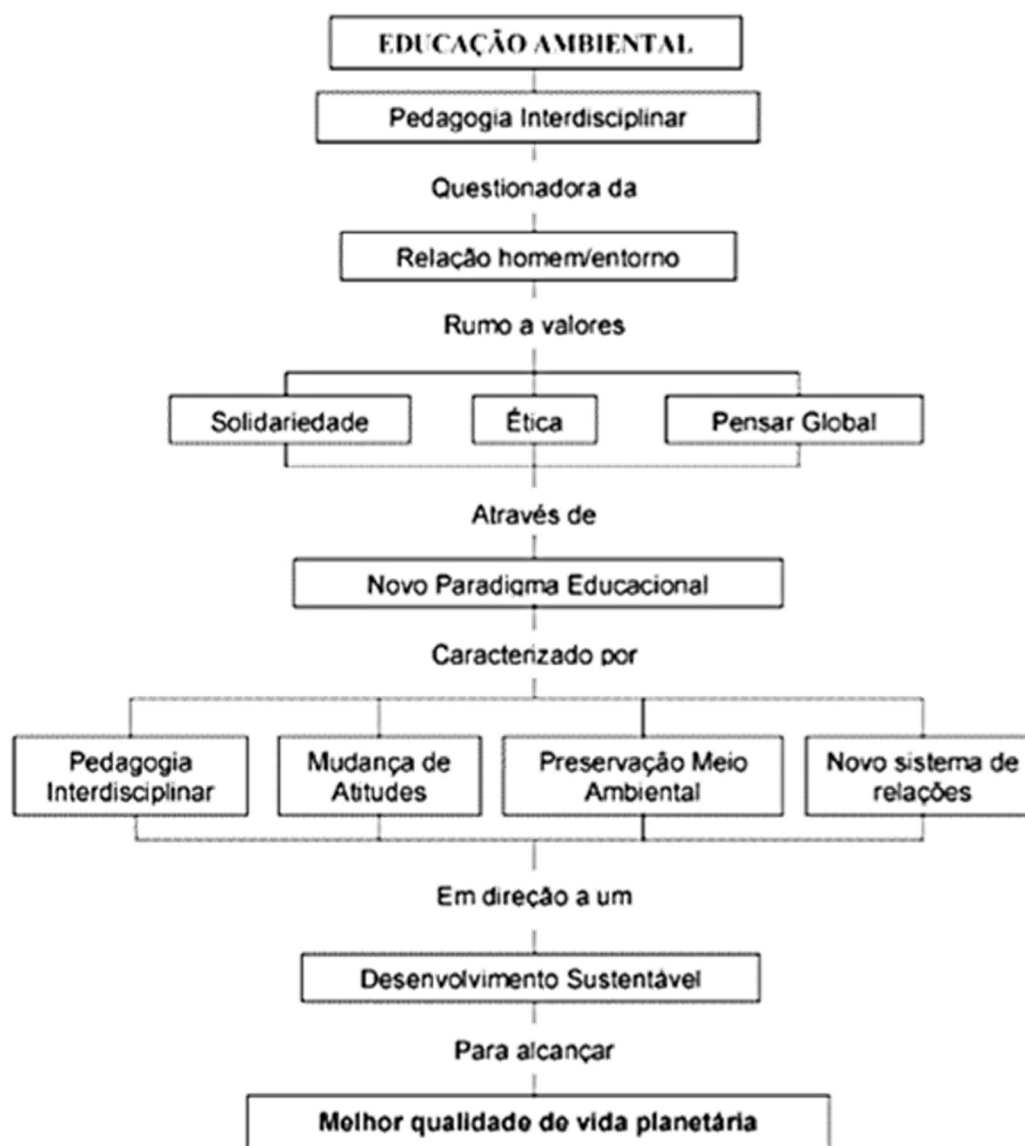


Figura 3 – O paradigma da EA: organização esquemática. Adaptado de Gonzáles Muñoz (1999) in: *A Educação Ambiental no contexto da Educação Física Escolar* – Vargas e Tavares, 2004.

Os jogos que se aliam com a EA em relação à EF Escolar, devem ser regidos por alguns indicadores:

Princípios: Ética social mediada por crítica, diálogo, reflexão, sensibilidade, autonomia, felicidade, criatividade, justiça, intelectualidade e argumentação desde a lógica social.

Regras: Jogos com regulamentação que responda a igualdade de oportunidades, equidade, integração, respeito à integridade, liberdade de consciência, desempenho, responsabilidade, solidariedade, compromisso e uso responsável da liberdade.

Organização: consensual, responsável, convivência social pluralista e participativa.

Estes tipos de jogos só se tornarão úteis na construção de valores meio ambientais, se houver um compromisso dos professores em colocar estes valores como objetivos orientadores do processo de ensino, pois a EA é, antes de tudo, uma perspectiva educacional interdisciplinar que visa alertar para os problemas ambientais rumo a uma melhoria da qualidade de vida planetária.

Com base nos pressupostos apresentados, Vargas e Tavares (2004) sugerem uma proposição de EF que deve nortear o trabalho escolar numa perspectiva ambiental. Neste a EF escolar deve apresentar os seus conteúdos segundo as intenções educativas, esclarecendo conceitos (factos e princípios), procedimentos (saber-fazer) e atitudes (valores). Todos estes conteúdos devem ser fundamentados por uma ética que se baseia em valores de cooperação, autonomia, democracia e de igualdade de direitos, com o intuito de promover um modelo sustentável garantindo, assim, uma efetiva EA. Estas intenções, segundo Guimarães (2000), referenciado por Vargas e Tavares (2004), devem estar alicerçadas por uma nova ética, sensibilizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza. A ética ocupa, portanto, papel de fundamental importância na EA, pois o seu conjunto de regras e valores, determina os julgamentos e ações humanos, conforme se pode observar no esquema ilustrado da figura 4.

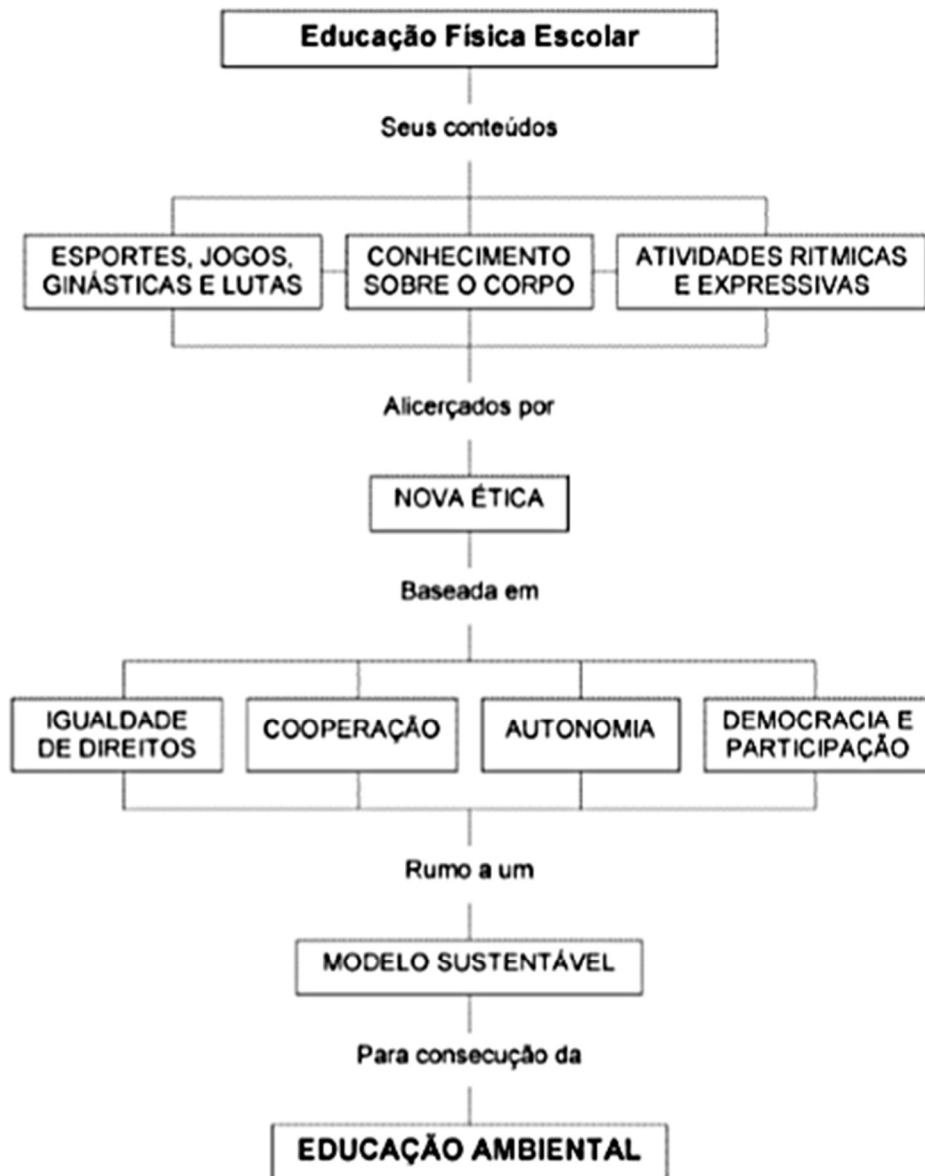


Figura 4 - A Educação Física Escolar num modelo de Educação Ambiental (adaptado de Vargas e Tavares, 2004).

Rosa e Carvalhinho (2012) referenciando vários autores/estudos, também reconheceram a eficácia do contato com a natureza através das práticas desportivas realizadas no meio natural, e defendem que influenciam a consciência/conhecimento ambiental. Concluíram que para haver uma aquisição efetiva desta consciência, é necessário o contato sucessivo com este tipo de práticas, não se limitando apenas à aquisição de competências teóricas e de forma pontual. Nesse sentido, estes autores, focados na prática desportiva e nos benefícios do contato com a natureza, traçaram um caminho objetivo entre a EA e o desporto, concluindo que:

- i) A prática desportiva na natureza poderá potenciar alguns benefícios como a reflexão, a preservação, o contacto direto, a aventura, o risco (mais ou menos extremo), o culto do corpo e do movimento, ou seja, a vivência continua com a natureza quer em momentos prazerosos quer de conflito. Estes são valores inerentes à posição pós-moderna da educação ambiental;
- ii) por outro lado, dado o fato de as atividades desportivas na natureza serem potenciais causadoras de alterações (físicas e paisagísticas) no meio ambiente revela-se fundamental que no planeamento destas atividades se inclua uma dimensão ambiental;
- iii) O variado leque de atividades e de contextos físicos, meteorológicos e até sociais que caracterizam os desportos na natureza, abrem a possibilidade, inerente a esta diversidade, de se incluir também a EA de uma forma muito rica e diversa.

Independentemente da origem das propostas e/ou das perspetivas, o ponto de convergência assenta no facto de que, para a implementação de uma EF escolar nos moldes da EA é necessário que os conteúdos da primeira estejam de acordo com os princípios da segunda. Este paradigma educacional somente será viável a partir de uma visão de interdisciplinaridade com outras disciplinas funcionando em cooperação com a EF na procura de soluções para a problemática do meio ambiente, onde os professores deverão ter uma grande influencia e responsabilidade.

3.3. Trabalhar a Educação Ambiental nas aulas de Educação Física: Projeto Pedagógico (?)

Para Tavares (2004) referenciado por Oliveira e Alvim (2009), é preciso «*ambientalizar*» os currículos de EF. Para além de atividades de saídas de campo: caminhadas/trilhos ecológicos, práticas de ginástica ao ar livre, excursões, etc., “(...) *é preciso educar em valores. (...) Valores que suplantam os méritos das vitórias esportivas, mas do «verdadeiro espírito desportivo», que pressupõe respeito, oportunidade, acesso ao conhecimento relativo às práticas corporais como fator indispensável às relações entre os seres humanos e destes com a natureza, propiciando uma melhor dignidade de vida para a população*”. Neste sentido Darido et al. (2001), sugere que, para melhor acompanhar as necessidades atuais e preparar o futuro sustentável devemos compreender e avançar com uma proposta de uma EF cidadã, com princípios de uma efetiva inclusão; com uma dimensão de conteúdos (conceptual, comportamental, de

atitudes e valores, e de procedimentos) e promotora de temas transversais. A disciplina EF no contexto escolar não é neutra, pelo contrário, fortalece as estruturas educativas e sociais existentes. Assim, os professores deverão analisar criticamente o contexto social onde trabalham e proporcionar, aos seus alunos, aulas de EF transformadoras, com hábitos sociais e ambientais mais amplos – sensibilizar para uma participação mais consciente questionando comportamentos, atitudes e valores, além de propor novas práticas. Para que isso aconteça, a escola poderá desenvolver projetos pedagógico, os quais segundo Vasconcellos (2000), devem funcionar como *“um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação”*.

Para Oliveira e Alvim (2009), com base em Veiga (2000), Vasconcelos (2000) e Villas Boas (2000), a participação do professor é determinante na construção deste tipo de projeto na escola. No entanto, o que acontece, muitas vezes, é uma participação fragmentada do professor de EF que participa em alguns encontros para discutir determinado assunto, e/ou auxilia na concretização de alguma atividade de outra disciplina. Precisamos de planeamento, desde a elaboração de projetos pedagógicos, à elaboração dos planos de aula, de forma a organizar a implementação da Educação Física, partindo de uma dimensão macro e geral [PNEF/CN] para a dimensão micro e específica [Plano de aula]. É importante que o Projeto Pedagógico proporcione transformações na organização curricular e na atuação dos docentes. Para isso, é preciso **inovar**. Estas propostas de inovações não implicam, necessariamente, uma alteração de conteúdos, mas passa, fundamentalmente, pelas atitudes dos professores – atitude inovadora, face ao currículo e ao clima escolar, e não somente a **inclusão** de um ou outro conteúdo. A educação deve proporcionar autonomia na aprendizagem dos saberes, do saber-fazer, do saber pensar e do saber ser. A organização curricular deve passar a desenvolver ações pedagógicas que ultrapassem as estruturas formais das aulas, e a prática desportiva escolar passar a ser compreendida como uma projeção de um património cultural que está além do perímetro da escola e de real significado para os alunos, o que comprova a grande contribuição da EA nas aulas de EF.

Inácio et al. (2013) defendem que, na presença de um projeto pedagógico, onde se defina que se poderá recorrer, para as aulas de EF, tanto a espaços escolares como a áreas próximas, tais como parques, praças, matas e praias - espaços possíveis para as práticas, estes representam o meio ambiente com o qual os alunos se relacionam e são

oportunos para o desenvolvimento das propostas de trabalho, pois viabilizam a discussão sobre a adequação de espaços para a prática da cultura corporal, seja em locais mais próximos da natureza, seja nos centros urbanos.

O PNEF orienta os professores para que as suas aulas de EF vão além do ensino de técnicas e determinadas matérias/atividades desportivas. O processo de ensino e aprendizagem da EF deve ser repleto de valores, relevando a importância do respeito e da harmonia entre as espécies deste planeta. O desporto, para Santos e Matos (2004), *“pode e deve funcionar no ambiente educacional como alavanca de contextualização social, a qual pode muito bem ser abordada nas aulas, trazendo para a Educação Física uma ideia da realidade dos alunos, de modo que eles sejam capazes de tirar proveito dessas atividades por toda a vida”*. O processo de ensino e aprendizagem não deve restringir-se ao exercício e treino de certas habilidades e destrezas, mas capacitar o aluno a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada, o que reforça a presença da temática transversal EA nas aulas de EF (Oliveira e Alvim, 2009).

Já há muito tempo que Brasil (1998), referenciado por Abreu e Carneiro (2009), defende que a inserção da dimensão socio ambiental na EF escolar, potencializa a compreensão do aluno como elemento integrante da natureza e a responsabilidade social para com o ambiente natural e sociocultural. Nesse contexto, para além do trabalho pedagógico com jogos, ginástica, luta, dança, atividades rítmicas e expressivas e conhecimentos sobre o próprio corpo, a EF também visa o desenvolvimento, nos alunos, de valores e atitudes de responsabilidade para com o meio ambiente. Reforçando esta ideia, Perez e Vasquez (2000) também consideram que a EF possui características para o desenvolvimento da formação de valores ambientais. No entanto defendem que é necessário estabelecer uma metodologia adequada pela qual o processo de EF possa ser direcionado com uma abordagem sustentável e que contribua ao mesmo tempo para a formação de valores e convicções firmes nos alunos. Expuseram as seguintes teses:

1. A EF permite que os alunos formem convicções ambientais, identificando-os com seu ambiente natural;
2. O gozo nos alunos pela descoberta de suas possibilidades de preservação do meio ambiente natural através de atividades como:
 - Atividades de saneamento na comunidade, áreas naturais ou nas próprias áreas de EF. Excursões e travessias por grupos de exploradores.
 - Camping;

- Campos de recreação;
 - Atividades de recreação turística, como caminhadas e orientação;
 - Semanas verdes e plantio de árvores;
 - Cuidado e preservação de áreas esportivas;
 - Higiene pessoal e de guarda-roupa, bem como higiene escolar;
 - Coleções de amostras de flora e fauna para a escola;
 - Exposições e outras atividades de organizações estudantis;
 - Discussões e seminários em grupos sobre o assunto, entre outros.
3. A compreensão e aprendizagem de conceitos ambientais relacionados à EF, estimulam a atividade e produzem prazer para os alunos;
 4. O trabalho no espaço natural influencia uma disposição positiva em relação à natureza;
 5. Relações interpessoais e em grupo são favorecidas.

Como exemplos de projetos de sucesso pedagógico na área ambiental, Abreu e Carneiro (2009) apresentam cerca de 50 projetos, realizados em 2008, relacionados com questões socio ambientais, como: desenvolvimento sustentável, conscientização ecológica, ações conjuntas na perspectiva ambiental, consumo consciente, sustentabilidade etc. Quatro desses projetos foram desenvolvidos por professores de EF em parceria com outros profissionais da Educação, nos dois primeiros ciclos do Ensino Básico:

- Preservar a natureza, reciclando e brincando; e Reciclar, aprender e brincar: uma ação compartilhada entre família e escola - estes dois projetos tinham como objetivo desenvolver e sensibilizar os alunos em relação ao meio ambiente a partir da reflexão sobre a produção do lixo das sociedades contemporâneas e da vivência de atividades de reciclagem, de reaproveitamento dos materiais recicláveis, transformando-os em brinquedos ou instrumentos para as aulas de Educação Física;
- Orientação na escola: um caminho seguro para o futuro – tinha o objetivo de desenvolver a orientação espaço temporal e conceitos relacionados com esse tema, assim como uma relação de respeito do ser humano com seus pares e com o ambiente natural e, sob essa perspectiva, desenvolver atividades corporais, privilegiando a vivência da Orientação em ambientes abertos como parques, praças e os espaços da própria escola;
- Unir esforços para a sustentabilidade de uma comunidade – projeto que visava desenvolver nos alunos uma compreensão de importância do cuidado do corpo e do ambiente de vida, desde a escola à comunidade, enquanto ambiente saudável.

Nesta perspetiva, pode e deve-se incluir, no processo de ensino aprendizagem de EF, atividades que enfatizem a preservação do meio ambiente, tanto com reflexão de textos ou por meio de atividades lúdicas e recreativas que proporcionem às crianças e adolescentes, diversas situações de aprendizagem integradas à transmissão eficiente de valores, atitudes e normas, bem como à realização de diversas experiências motoras em contato com o meio natural, como por exemplo, as **atividades de aventura**. Estas «novas» atividades físicas na natureza constituem um conjunto de práticas recreativas que são cobertas de uma série de valores e conceitos que pertencem às novas tendências culturais. Na realidade, encontramos vários autores que nos dão argumentos para o desenvolvimento deste tipo de atividade na EF, como forma de sensibilização para as questões ambientais. Também o PNEF (2001), no quadro de extensão da EF, propõe a inclusão de atividades de exploração da natureza, como matéria alternativa, no currículo de EF, de acordo com as características da população escolar, o meio onde a escola se insere e os recursos disponíveis na comunidade educativa, como uma nova forma de adquirir conhecimentos do ambiente, via informações corporais. Percebe-se, então, que, ao utilizar as atividades de exploração da natureza nas aulas de Educação Física, estaremos inovando, através de matérias alternativas previstas no PNEF, com práticas criativas de expressão humana, realçando a temática EA. A ligação dessas experiências aos objetivos educativos pode favorecer um novo caminho e um novo posicionamento das aulas de Educação Física, face ao que se pretende - transformação de atitudes e valores referentes ao meio ambiente.

Também Inácio et al. (2013) defendem que através das Práticas Corporais de Aventura [na natureza]⁴, entenda-se atividades de exploração da natureza, “(...) *o ser humano pode ser levado a construir uma consciência sobre as relações que o mesmo pode ter com o meio ambiente e as próprias relações sociais, aproveitando-se do fato de que estas atividades permitem um distanciamento espaço temporal das experiências cotidianas, inclusive as sensoriais e motoras, ampliando as possibilidades de autoconhecimento e de mudanças de hábito em diversas dimensões*”. Os praticantes procuram, nestas atividades, a aventura, diversão, alegria, companheirismo, superação, prazer, cooperação, solidariedade, compreensão da realidade, revitalização de forças, entre outras sensações e sentimentos. Este tipo de procura aumenta a sua motivação, o que pode levar ao sucesso pedagógico, nesta área, tal como concluiu Costa (2019), no seu estudo realizado nos campos e férias – ATL do zoo de Lisboa, ao demonstrar

⁴ O conceito de PCANS é uma adaptação para o contexto brasileiro do conceito Atividades Físicas de Aventura na natureza – AFANS, apresentado por Olivera & Olivera em 1995, na Revista espanhola Apunts.

que as atividades desenvolvidas que despertaram o interesse dos jovens face a diversas problemáticas ambientais, proporcionaram a mudança das suas atitudes e comportamentos. Assim, pode-se assumir que os jovens quando motivados e empenhados em realizar atividades e aprendizagens ambientais conseguem concretizar os objetivos definidos, o que nos remete, novamente, para a importância da EF ser um campo privilegiado para assegurar que estes tipos de aprendizagens sejam efetivos através da abordagem dos seus conteúdos de forma atrativa e cuidada.

Inácio (2006), no seu artigo - *Lazer, Educação e Meio Ambiente: uma aventura em construção*, avança com vários estudos, testes e periódicos que abordam a temática ambiental relacionando-a com a EF, e na sua opinião é na dimensão do Lazer que este debate se pronuncia. Refere conceitos como Ecodesenvolvimento e Ecolazer, defendendo que orientam na direção de transformações sociais, mediados por práticas não formais, não tradicionais, não desportivas; apresenta o Seminário “*Educação Física e a Questão Ambiental*” no CONBRACE/2003 ⁵, de onde realça a importância desta relação e expõe perspetivas que podem/devem ser objeto de curiosidade e investigação, como: identificar as matrizes epistemológicas dos estudos desenvolvidos nesta temática; a inserção desta temática nos currículos dos cursos de formação; a inserção das Práticas Corporais na Natureza no âmbito da EF Escolar, entre outras. A sua intenção seria trazer elementos que possam contribuir para a construção de outra conceção para as Práticas Corporais na Natureza, para a educação, e talvez para nossa perceção da Natureza e do desenvolvimento de nossa civilização.

As Atividades Físicas de Exploração da Natureza (AFEN) podem ser trabalhadas de uma forma comprometida com um vínculo educativo, discutindo valores, desenvolvendo experiências e sensações no decorrer de sua prática, potencializando reflexões sobre as questões socio ambientais. Nas aulas de EF, além de proporcionar o contato dos educandos com experiências corporais diferenciadas das práticas reprodutivistas, também aproximam os conteúdos da EF aos princípios e valores da EA, pois possibilitam o debate sobre as representações da relação do ser humano com o meio ambiente, favorecendo a conscientização do educando acerca dos problemas ambientais e a necessidade de enfrentar os mesmos (Inácio et al., 2013).

⁵ XIII CONBRACE & I CONICE – 2003 – Caxambu/MG – 25 anos de história: o percurso do CBCE na Educação Física Brasileira

Conforme Guimarães et al. (2007), *“a educação física permite um amplo campo de atuação na educação ambiental, levando-se em conta, por exemplo, os esportes de aventura praticados na natureza”* como, por exemplo, a caminhada, podendo potencializar o desenvolvimento das capacidades físicas e das habilidades motoras dos alunos, fora do contexto normal das suas aulas. Para além da melhoria física que a atividade de caminhada na natureza pode proporcionar ao aluno, também pode promover melhoria na saúde, como regulação da pressão arterial e melhoria da condição física. Pode, também, oferecer uma melhoria psicológica, uma vez que se trata de um exercício realizado ao ar livre em contato com a natureza (Muller, 2010).

Também Ferreira (1998) referenciado por Rosa e Carvalhinho (2012) verificou que a caminhada é uma prática ideal para a educação ambiental, se a intenção passar por introduzir as pessoas no meio natural e nos seus problemas. No âmbito escolar, através da EF, Matarezi (2006), sugere que as caminhadas/trilhos podem ser fixas ou móveis. Na primeira, os participantes se deslocam de diferentes localidades onde o deslocamento é importante pelo fato de as pessoas terem contato com outras realidades além do seu quotidiano. A segunda tem como caráter inovador o fato de ser a simulação de um ambiente natural dentro de escolas, parques ou eventos, ou seja, pode ser montada dentro de salas de aula ou ao ar livre, indo ao encontro das pessoas. O papel da caminhada/trilho não é definir conceitos, mas vivenciá-los, percebê-los, significá-los. Nesse sentido, a proposta das caminhadas/trilhos vai ao encontro dos conceitos de EA, na perspectiva crítica e transformadora, tais como: autonomia, identidade, complexidade, transdisciplinaridade, participação, sustentabilidade, entre outros (Neuenfeldt, 2016).

Muller (2010) refere que, entre atividades realizadas nas escolas acerca problemas ambientais destacam-se: reposição de matas ciliares, coleta seletiva do lixo, reciclagem do lixo, plantio de árvores, e outras, revelando uma visão naturalística, mas reducionista dos problemas, sem uma contextualização histórica espacial desses problemas, ignorando completamente uma discussão com os alunos sobre as causas. Cita Marinho & Schwartz (2005), para reforçar que ao contrario destas atividades, a caminhada na natureza é uma atividade de aventura com enormes possibilidades de ação e atuação para *“o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito do meio ambiente”*. Defende que este tipo de atividade, pelas vivências experimentadas e ligação direta com a natureza, torna-se uma possibilidade de atividade da educação ambiental efetiva.

Para além da caminhada, existem outras atividades interessantes para serem trabalhadas durante as aulas de EF, como: corridas de orientação dentro da escola, utilização de caixas de papelão para simbolizar pranchas e descer pequenas elevações de terra ou areia, *slackline* em ambientes arborizados, escaladas, entre outras atividades simples que dão condições para os alunos experimentar e contemplar o meio ambiente. Desta forma, poderão refletir sobre a importância da sua preservação, num trabalho interdisciplinar com as disciplinas de geografia, matemática, português, história, ciências, artes e inglês, incluindo conteúdos destas disciplinas nas atividades recreativas, como por exemplo, fazer a corrida de orientação contendo textos informativos sobre alguma espécie de plantas, localização, entre outros.

Conclusão

Ao desenvolver este relatório ficou claro que o objetivo principal da Educação Ambiental (EA) é a formação de cidadãos ambientalmente educados, capazes de se comprometerem ativamente na vida pública e na resolução dos problemas ambientais. Para que tal seja possível é necessária a interiorização de um quadro de valores consistentes, que possibilitem o desenvolvimento de atitudes e valores que promovam a tão desejada mudança. Assim, a EA deve fomentar o desenvolvimento de valores que reflitam a identificação com o sistema ecológico e as capacidades para viver harmoniosamente com ele. Os alunos precisam, por isso, de oportunidades para desenvolver valores e conhecimentos para os apoiar, bem como de capacidades para os colocar em ação. Desta forma, tornam-se responsáveis para com a sociedade, se estiverem envolvidos em atividades que contribuam para o ambiente local e atual. Apesar de ser cada vez maior o número de escolas e instituições de ensino que apostam na EA dos seus alunos, ainda se trata de uma instrução muito teórica. Há necessidade de pôr em prática o que se aprende, fazendo experiências, indo para o terreno. Temos de desenvolver ações de sensibilização mais interativas, fazendo com que os alunos cheguem a casa entusiasmados com o tema e incentivem a família a ter atitudes e ações ecologicamente mais corretas.

Um dos desafios que se coloca atualmente à disciplina de Educação Física (EF), constituindo mesmo um grande objetivo, é o de contribuir para a educação dos nossos alunos para que venham a ser, na fase adulta, cidadãos com hábitos de prática de atividades físicas (AF) com regularidade, que possam ser por si só um bom contributo para uma vida mais ativa e equilibrada. Da mesma forma se pede na sua relação com a EA, que devido à sua estreita ligação, deve também contribuir para a transmissão de valores de sustentabilidade ambiental. Em conformidade com toda as referencias consultadas, é certamente importante sermos capazes de reforçar e fortalecer a regularidade e a qualidade da EF nas escolas e potencializar novas estratégias de articulação e concordância entre a escola, as famílias e a comunidade educativa, sempre na procura da melhoria da qualidade das AF que temos para oferecer. Neste sentido, a articulação com EA permite valorizar a disciplina da EF, ao mesmo tempo que fortalece a sua responsabilidade social e cultural, reforçando a sua posição educativa nas escolas.

Como se pode verificar ao longo deste relatório, as políticas ambientais internacionais, nacionais e regionais (RAA), e os PNEF legitimam a importância e a necessidade de trabalhar a temática transversal, EA, no âmbito educacional. É necessário fomentar a cultura da EA em especial, na disciplina EF, mas para que isso aconteça é necessário que o professor planeie as suas aulas de forma sistematizada e atenta à realidade da escola e dos seus alunos. Por mais difícil que seja essa realidade é possível abordar a temática ambiental nas aulas de EF e é importante associar esta temática aos seus conteúdos. Enquanto professores temos de utilizar diversas modalidades didáticas na nossa prática docente, pois assim atenderemos, de forma mais ampla, às diferenças individuais e despertaremos o interesse dos nossos alunos.

Ao concluir o curso de Educação Física e Desporto, em 2004, não me considerava pronto para atuar na profissão, neste campo. Foi preciso uma reflexão sobre a prática, verificar progressos, necessidades e possíveis mudanças. O conhecimento adquirido nas escolas possibilitou-me refletir e orienta-me, com um posicionamento ampliado, para uma prática mais crítica e coerente com a realidade social. Neste sentido, e na RAA devido à sua especificidade, temos a «fácil» possibilidade de integrar temas ambientais nas aulas de EF, seja a partir de iniciativas da própria disciplina como: saídas de campo, caminhadas, recurso e preservação de espaços locais e escolares; trabalhos interdisciplinares como: projetos de cidadania, ações pontuais na escola e/ou na comunidade educativa; ou até de parcerias com projetos que existem para este fim como o Parque Escola – Projeto da rede de ecotecas da RAA. Por outro lado, ao abordar em meio natural, os conteúdos do PNEF, não só das matérias alternativas, mas também das matérias nucleares, conseguimos contornar eventuais condições desfavoráveis para a EF, que algumas escolas da rede pública dos Açores apresentam e que muitas localidades permitem devido à sua proximidade e abundância natural.

Bibliografia

Almeida, S. (2016). *A Importância da Educação Ambiental voltada para a questão da reciclagem do lixo no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Relatório apresentado para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Instituto Superior Politécnico Gaya - Escola Superior de Educação de Santa Maria, Vila Nova de Gaia.

APA (2017). *Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020*. República Portuguesa. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.

APA (2007). *Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos*. Disponível em: http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F79545CA-8051-4891-A7F7-26C5C0D54E66/835669/Guia_Agenda_21_Local4.pdf

Abreu, M. e Carneiro, S. (2009). *A relação entre a educação física e a educação ambiental – um estudo na rede municipal de ensino de Curitiba*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia; 26 a 29 setembro 2009 – PUCPR; pp: 1887-1899.

Abreu, M. (2010). *Relações entre educação ambiental e educação física – um estudo na rede municipal de ensino de Curitiba*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Abreu, M. e Carneiro, S. (2018). *Relações entre Educação Ambiental e Educação Física na Educação Infantil*. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, pp:85-104. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/1189/1028>

Alvim, M. (2009). *Educação física e educação ambiental: uma relação possível e imprescindível: Estudo realizado na região do vale do rio doce, minas gerais, brasil*. Dissertação apresentada para obtenção do Título de Doutor em Ciências do Desporto. Universidade do Porto – Faculdade de Desporto, Porto.

Bahia, M. e Sampaio, T. (2007). *Lazer – meio ambiente em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura*. Revista Brasileira de Ciencias do Esporte; Campinas; maio 2007; vol. 28; nº. 3; pp: 173-189. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/3004404.pdf>

BCSD PORTUGAL (2019). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acedido a 30 de janeiro de 2019 em: <https://www.ods.pt/ods/>

Bouzeineddine, S. (2012). *The integration and the impact of environmental education in school curriculum*. A project Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts in Education. Lebanese american university – Schools of Arts and Sciences, Beirut.

Brás, J. e Bom, L. (2002). Problemas de identidade académica e profissional da Educação Física na vertigem pós-moderna. Revista Horizonte, 17 (98), 22-29.

Câmara, A., Proença, A., Teixeira, F., Freitas, H., Gil, H., Vieira, I., et al. (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Ministério da Educação – Direção Geral de Educação.

Camarinha, H. (2011). *A educação física nas escolas do ensino profissional na região autónoma dos açores*. Dissertação apresentada para a obtenção de grau de Mestre em Supervisão Pedagógica na área de especialização em Educação Física. Universidade dos Açores - Departamento de Ciências da Educação, São Miguel.

CE (2015). *Plano de Trabalho para o Desporto – Recomendações do Grupo de Especialistas HEPA para a promoção da Educação Física nas Escolas Europeias e para a criação de interações favoráveis entre a Educação Física e o setor desportivo, privado e as autoridades locais*. Disponível em: <http://www.spef.pt/image-gallery/7714480296705-Notcias-Quadro-resumo-Recomendaes-HEPA-para-a-EF-nas-Escolas-Europeias.pdf>

Cerqueira, V. (2017). *A Expressão e Educação Físico-Motora no 1º CEB: das percepções à realidade prática*. Relatório final de prática de ensino supervisionada Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

CIRNU - Europa Ocidental (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

CNAPEF (2002). *Dez anos após a reforma – perspectivas para a Educação Física e o Desporto Escolar*. Carta aberta – Abril de 2002.

Costa, C. (2019). *A eficácia da educação ambiental nos campos de férias em Portugal - O caso de estudo do ATL do Zoo*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Perfil de Sistemas Ambientais. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Lisboa.

Cruz, S. (2007). *A Importância da Educação Ambiental no 1.º Ciclo do Ensino Básico - Um Estudo de Caso*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Administração e Planificação da Educação. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

Domigues, S. (2005). *Cultura Corporal e Meio Ambiente na formação de professores*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Educação. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação, Salvador.

EC (2015). *Europe Work plan for sports - Recommendations to encourage physical education in schools, including motor skills in early childhood, and to create valuable interactions with the sports*. Disponível em: https://eacea.ec.europa.eu/sites/eacea-site/files/recommendations_pe_at_schools_2015.pdf

EPA - Portal educar para o ambiente e a sustentabilidade - <https://www.azores.gov.pt/>

EPA (2012). *PRESSA: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores*. Newsletter - Educar para o Ambiente Açores Quadrimestral Nº.1; Janeiro 2012; Disponível em: http://parquesnaturais.azores.gov.pt/images/newsletter_EPA_1.pdf

GRA (2011). *PRESSA: Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores - Proposta base*. Disponível em: <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/images/PRESAA-proposta-base-Setembro-2011.pdf>

GRA – Sítio oficial do Governo dos Açores - <https://www.azores.gov.pt/>

Gregório, L. (2013). *Educação Ambiental: Práticas Educativas em Artes Visuais*. Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Comunicação, Lisboa.

Inácio, H. (2006). *Lazer, Educação e Meio Ambiente: uma aventura em construção*. Revista Pensar a Prática. vol. 9.1; Jan./Jun. 2006; pp: 45-63. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/124/119>

Inácio, H.; Moraes, T e Silveira, A. (2013). *Educação física e educação ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente*. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas. Volume 11, nº. 4; out./dez. 2013; ISSN: 1983-9030; pp: 1-23. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637587/pdf>

Jacinto, J.; Comédias, J.; Mira, J. e Carvalho, L. (2001). Programa de Educação Física do 3º Ciclo – Revisão.

Jacinto, J.; Comédias, J.; Mira, J. e Carvalho, L. (2001). Programa de Educação Física do Ensino Secundário – Revisão.

Jacobi, P. (2003). *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa; nº. 118; março/2003; pp: 189-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>

Jesus, J. (2013). *A importância da Educação Física no currículo do 1º ciclo do Ensino básico*. Relatório apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica. Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.

Junior, N.; Santos, L. e Jesus, L. (2016). *Educação Ambiental: concepções e práticas pedagógicas de professores do ensino fundamental da rede pública e privada em Itabaiana, Sergipe*. REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental; jul./dez de 2016; Vol. Especial; pp: 213-236. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5384/4353>

Leite, A. (2019). *A Importância da Educação Física nas primeiras idades: a perspectiva dos/as educadores de infância e professores do 1ºCiclo do Ensino Básico*. Relatório de Estágio para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-escolar e Ensino do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Instituto politécnico de Santarém - Escola Superior de Educação, Bragança.

Loureiro, J. (2013). *A motivação/desmotivação dos alunos para a prática das aulas de Educação Física no Ensino Secundário. O presente que pode fazer futuro*. Relatório de estágio apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. Universidade do Minho - Instituto de Educação, Braga.

Lucentini, L. e Simões, R. (s/d). *A temática ambiental como proposta transversal da Educação Física no Ensino Médio*. Núcleo de Pesquisa em Corporeidade e Pedagogia do Movimento – NUCORPO. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/160.pdf>

Monteiro, R.; Ucha, L.; Alvarez, T.; Milagre, C.; Neves, M.; Silva, M., et al. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Esenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Moreira, S. (2006). *As Actividades Lúdico-Desportivas nas Práticas de Lazer em Crianças do 1º ciclo*. Tese de Mestrado em Estudos da Criança – Área de Especialização em Educação Física e Lazer. Universidade do Minho – Instituto de Estudos da Criança, Braga.

Muller, C. (2010). *Caminhada na natureza: prática alternativa de educação física escolar para fins de educação ambiental*. Monografia apresentada para obtenção do Título de Especialista em Educação Ambiental. Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Ciências Rurais, Santa Maria/RS/Brasil.

Neuenfeldt, D. (2016). *Educação ambiental e educação física escolar: uma proposta de formação de professores a partir de vivências com a natureza*. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Ambiente e Desenvolvimento - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Centro Universitário UNIVATES, Lajeado.

Nobre, J. (2010). *O Trabalho em Equipas Docentes e o Desenvolvimento da Educação Física. Uma Abordagem Organizacional*. Documento de análise e reflexão crítica apresentado para obtenção do grau de Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Educação Física e Desporto, Lisboa.

Oliveira, W. e Alvim, M. (2009). *Educação física e educação ambiental: como trabalhar no âmbito escolar?* MOVIMENTUM - Revista Digital de Educação Física - Ipatinga: Unileste/MG - Vol.4 - Nº.2 - Ago./Dez. 2009. Disponível em: https://www.unileste.edu.br/movimentum/Artigos_V4N2_em_pdf/Oliveira_Alvim_Movimentum_v4_n.2_2_2009.pdf

ONU (2019). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acedido a 15 de março de 2020 em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

Pérez, R. e Vásquez, N. (2000). *Consideraciones en relación con la Educación Física y la formación de valores medio ambientales*. EFDportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 5 - Nº 21 - Mayo de 2000. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd21b/medioa.htm>

Ribeiro, F. (s/d). *A importância da educação ambiental como prática de ensino no contexto da educação física escolar*. 8º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar – CONPEF. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/portal/pages/arquivos/ANAIS%20CONPEF%202017/a%20importancia%20da%20educacao%20ambiental%20129003-20274.pdf>

Ribeiro, J e Cavassan, O. (2013). *Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados*. GÓNDOLA, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias; ISSN: 2346-4712; Vol. 8; nº. 2; julio-diciembre del 2013; pp: 61-76. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149>

Rodrigues, L. e Darido, S. (2006). *Educação Física escolar e meio ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas*. Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - Nº 100 - Septiembre de 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd100/ma.htm>

Rodrigues, C. (2007). *Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar: uma sinergia possível*. Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Educação. Universidade Federal de São Carlos - Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos.

Rosa, P. e Carvalhinho, L. (2012). *A educação ambiental e o desporto na natureza: uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino*. Revista Movimento; vol. 18; nº. 3; jul./set. 2012; ISSN: 0104-754X. pp: 259-280. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115323698014>

Santos, M. (2010). *A educação ambiental no ensino básico: valores e atitudes ambientalistas de jovens*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental. Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação, Bragança.

Santos, L. (2013). *Educação Ambiental, Sustentabilidade e Cidadania: um contributo para a Educação e para a Saúde na escola*. Relatório de Projeto apresentado para obtenção do grau de Mestre em Educação para a Saúde. Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra.

Silva, A. (2003). *Um Olhar sobre a Educação Ambiental no Ensino Médio: Praticar a Teoria, Refletir a Prática*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Silva, F; Silva, A. e Inácio, H. (2008). *A educação Física frente a temática ambiental: alguns elementos teórico-metodológicos*. Revista Motrivivência de junho de 2008; Ano xx; nº 30; pp: 44 – 60. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n30p44/11506>

SPEF; CNAPEF (2015). *Pareceres acerca da Importância da Educação Física na Assembleia da República*. Disponível em: <http://www.spef.pt/image-gallery/5314245189085-Colgios-Educao-Pareceres-SPEF-CNAPEF-Importancia-da-EF-Assembleia-Republica-25-02-2015.pdf>

Tahara, A.; Dias, V. e Schwartz, G. (2006). *A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental*. Revista Pensar a Prática. vol. 9.1; Jan./Jun. 2006; pp: 1-12. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/121/116>

UNESCO (2015). Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Desporto. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por

UNESCO (2015). Quality Physical Education: guidelines for policy-makers. Disponível em: <http://www.spef.pt/image-gallery/42142262961711-Colgios-Educao-Docs-de-Referencia-Quality-Physical-Education.pdf>

Vargas, J. e Tavares, F. (2004). *A Educação Ambiental no contexto da Educação Física Escolar*. Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - N° 69 - Febrero de 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd69/ea.htm>

Villela, P. e Moraes, S. (s/d). *Educação física e educação ambiental: possíveis diálogos para prática do professor*. pp: 1 – 10. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:w5s2XC7EdrqJ:congressos.cbce.org.br/index.php/7congoce/VII/paper/download/3871/1271+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>